



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A ser realizada em 28 de abril de 2023

Sumário

Mensagem do Conselho de Administração	3
Proposta da Administração Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	5
ANEXO I.....	10
ANEXO II	51
ANEXO III	56
ANEXO IV.....	73
ANEXO V.....	93
ANEXO VI.....	94

Mensagem do Conselho de Administração



Carta do Presidente do Conselho de Administração

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

O avanço da estratégia de diversificação dos negócios foi um dos principais destaques da CSN no último ano. A conclusão da aquisição dos ativos da LafargeHolcim Brasil, da CEEE-G, além da aquisição de outros relacionados à energia, resultaram em uma maior eficiência e diversidade das operações, proporcionando um grande potencial de crescimento, o que reafirma a importância da Companhia em seus cinco setores de atuação: siderurgia, mineração, cimentos, energia e logística.

Em cimentos, a Companhia se consolidou como a segunda maior produtora do Brasil, com capacidade operacional de 17 milhões de toneladas por ano e diferenciais competitivos relevantes, reunindo marcas fortes, portfólio diversificado e

capilaridade de atuação nos principais mercados do país. Destacamos também a eficiência das plantas, tanto sob a ótica financeira quanto em relação à baixa emissão de carbono.

Já em energia, a aquisição da CEEE-G posiciona a Companhia entre as maiores geradoras de energia elétrica do país, além da autossuficiência para suprir as atividades siderúrgicas, cimentícias e de mineração do grupo. Com planos de expansão que envolvem projetos hidráulicos, eólicos e solares, o segmento deixou de ser uma área de suporte e se consolidou efetivamente como um negócio, já que o percentual gerado não utilizado para o consumo próprio deverá ser comercializado no mercado livre. Uma estratégia que garante competitividade para enfrentar a crescente demanda das operações.

Na mineração, a estratégia de crescimento envolve projetos para aumentar a capacidade produtiva, em especial o projeto da planta de beneficiamento P15 e os projetos de recuperação de rejeitos de barragem de Pires, B4 e Casa de Pedra. São projetos que visam dobrar o volume de produção nos próximos anos. Também merece destaque o pioneirismo da CSN Mineração na descaracterização das barragens, com programas que superam, inclusive, as exigências dos órgãos governamentais ao prever a descaracterização das estruturas, independentemente do método construtivo. Vale citar a planta de beneficiamento de Itabirito (P15) que já nasce sustentável ao contar com um projeto de empilhamento dos rejeitos realizado totalmente a seco. Além disso, a P15 passará a produzir minério premium, com alto teor de ferro, demandando um menor uso de carvão no processo siderúrgico, o que contribuirá de forma significativa para a descarbonização da indústria.

Na siderurgia, a internacionalização é a principal estratégia para os planos de expansão, com o foco na busca por oportunidades para impulsionar a presença no exterior. A modernização do parque industrial também segue como prioridade, com um plano de investimento para as mais diversas áreas da planta siderúrgica. Há ainda oportunidades em estudo que incluem o desenvolvimento de projetos estratégicos, respeitando sempre a disciplina de capital. Entre eles, a ampliação da capacidade de produção de folhas metálicas e de aço pré-pintado.

Em 2022, celebramos o reconhecimento do grupo em relação à evolução em dois importantes ratings ESG. A Companhia recebeu uma nova classificação da agência Sustainalytics e das 155 empresas de siderurgia e mineração avaliadas globalmente, a CSN alcançou a 4ª melhor pontuação do setor. A empresa foi também a única brasileira nos setores de siderurgia, mineração e construção civil elegível para compor o *S&P Global Sustainability Yearbook 2023*, sendo classificada como a empresa no segmento de siderurgia que mais avançou em práticas ESG no mundo, recebendo o selo de “*Industry Mover*”.

A Companhia seguiu ainda dedicada à inclusão de mulheres e de Pessoas com Deficiência (PcDs) em suas operações. A participação feminina no grupo saltou de 17,5%, em 2021, para 20,5% no ano passado. Até 2025, a meta é elevar esse índice para 28%. Em relação a Pessoas com Deficiência, o crescimento em 2022 foi acentuado, com aumento de 63% na comparação com o ano anterior. A evolução nessa pauta reforça o compromisso para que a CSN seja cada vez mais plural, diversa e inclusiva.

O Grupo CSN também teve um ano de destaque no que diz respeito aos indicadores de segurança, obtendo os melhores resultados da série histórica dos últimos oito anos, com redução de 25,3% de incidentes no período. Em relação a 2021, a diminuição de incidências foi de 18,9%. A queda nesses índices reforça a preocupação e dedicação da Companhia para promover ambientes e condições de trabalho cada vez mais seguros para os colaboradores.

De olho no futuro, a tônica é manter o mesmo ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos, o que fez com que o grupo mudasse de patamar em termos de rentabilidade e geração de caixa, trazendo um balanço muito mais forte e com baixa alavancagem. A verticalização e a busca constante por novas oportunidades internas e externas, tanto de crescimento quanto de redução de custos, compõem o cenário para impulsionar os próximos resultados e pavimentar o caminho para transformar a CSN em uma holding cada vez mais dinâmica na economia global.

Apesar do foco no crescimento, a CSN reafirma seu compromisso de manter a alavancagem baixa, diferenciando-se como uma empresa que concilia redução da alavancagem, rápido crescimento e retorno de dividendos aos seus acionistas. Esses compromissos norteiam a atuação de todo o grupo e criam a estratégia ideal para que a Companhia cresça de forma saudável, sustentável e com valorização dos seus acionistas. Com o foco e a determinação de sempre, o grupo seguirá em busca desses objetivos e atento às melhores oportunidades para gerar valor a todos os *stakeholders*.

Vamos juntos, fazendo bem, fazendo mais, fazendo para sempre!

Benjamin Steinbruch

Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia Siderúrgica Nacional (“Companhia”) acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 11h, sob a forma exclusivamente digital (“Assembleia”), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81/22”), que irá deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e dos Pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

Propomos que os acionistas da Companhia analisem as contas dos administradores e aprovelem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras”), conforme divulgados jornal Folha de São Paulo – Edição Regional, na edição do dia 24 de março de 2023, nas páginas 1 a 11 do caderno “Mercado”, nos websites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csn.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), e publicadas no jornal Folha de São Paulo – Edição Regional, na edição do dia 24 de março de 2023, nas páginas 1 a 11 do caderno “Mercado”.

Esclarecemos, por oportuno, que as Demonstrações Financeiras preparadas pela Diretoria Executiva foram consideradas adequadas pelos auditores independentes, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, conforme Relatório dos Auditores Independentes, Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria constantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas, aprovadas pelo Conselho de Administração em Reunião realizada em 08 de março de 2023, cuja ata foi disponibilizada pela Companhia nos websites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.Net.

Por fim, conforme previsto no artigo 10, inciso III, da Instrução RCVM 81/22, a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme item 2 do Formulário de Referência, constituem o **Anexo I** desta Proposta da Administração.

2. Destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos;

Propomos que o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.554.059.746,09 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, cinquenta e nove mil,

setecentos e quarenta e seis reais e nove centavos), acrescidos do valor de R\$ 788.693,11 (setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e onze centavos) decorrentes da reversão por prescrição de juros sobre o capital próprio, da forma a seguir descrita, tenha a seguinte destinação:

(i) R\$ 77.702.987,30 (setenta e sete milhões, setecentos e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos) destinados para a Reserva Legal, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no artigo 193, §1º da Lei das S.A.;

(ii) R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) já foram declarados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de dezembro de 2022, na forma de juros sobre o capital próprio, como antecipação do dividendo mínimo obrigatório;

(iii) R\$ 777.145.451,90 (setecentos e setenta e sete milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais, e noventa centavos) a título de dividendos a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Adicionalmente o Conselho de Administração irá propor a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a distribuição de dividendos adicionais de R\$ 836.854.548,10 (oitocentos e trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e dez centavos) à conta de reserva de lucros.

As informações detalhadas sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se encontra no [Anexo II](#) deste documento.

3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração

O Estatuto Social prevê, em seu artigo 14, que o Conselho de Administração é composto por até 11 (onze) membros. Assim, os acionistas devem, primeiro, votar quanto ao número de membros que integrarão o Conselho de Administração para esse próximo mandato e, em sequência, eleger os Conselheiros.

Com isso, propõe-se a manutenção do número de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração para o mandato que se iniciará na Assembleia, sendo 1 (um) deles o candidato indicado pelos empregados da Companhia, nos termos do art. 14 §2º do Estatuto Social.

O número de membros acima informado poderá ser acrescido por decisão a ser tomada pelos acionistas na Assembleia, e de acordo com a Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada através de 3 (três) sistemas de votação, quais sejam: (i) via processo de votação majoritária em chapa (“Votação Majoritária”); (ii) por processo de voto múltiplo (“Voto Múltiplo”) a pedido de acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei das S.A.; ou (iii) via processo de voto em separado (“Eleição em Separado”) nos termos do art. 141, § 4º da Lei das S.A., em todos os casos desde que sejam atendidos os requisitos legais.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração

Diante do bom desempenho durante o seu mandato e da assiduidade de seus integrantes nas reuniões, propõe-se para compor o Conselho de Administração a reeleição da chapa a seguir, indicada pelos acionistas controladores da Companhia: Benjamin Steinbruch, Antonio Bernardo Vieira Maia, Yoshiaki Nakano e Miguel Ethel Sobrinho. Nos termos do artigo 140, parágrafo 2º da LSA,

bem como do artigo 5º e seguintes do Anexo K, da Resolução CVM 80/22, conforme autodeclaração, são considerados membros independentes: Antonio Bernardo Vieira Maia, Yoshiaki Nakano e Miguel Ethel Sobrinho. Os conselheiros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social.

Além dos candidatos indicados pelos acionistas controladores, nos termos do parágrafo 2º do art. 14 do Estatuto Social, uma vaga será reservada ao representante dos empregados, sendo indicado o Sr. Fabiam Franklin para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do art. 11 da RCVM 81/22, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia acima indicados, bem como do representante dos empregados, encontram-se detalhadas no [Anexo III](#) desta proposta.

Em atendimento as regras estipuladas na Lei das S.A., destacam-se a seguir alguns cenários de sistema de votação que podem se verificar no processo de eleição de membros do Conselho de Administração durante a Assembleia.

Votação Majoritária

O procedimento padrão para a eleição dos membros do Conselho de Administração é a Votação Majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. O presidente da Assembleia colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador e pelos acionistas minoritários da Companhia.

O artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Sendo assim, na eleição para o Conselho de Administração, são eleitos os candidatos que receberem as maiores quantidades de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Ressalta-se que a requisição para adoção do Voto Múltiplo deverá ser feita por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, de acordo com a Resolução CVM nº 70/22. Nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia por meio de notificação escrita entregue à Companhia ou por meio do Boletim de Voto a Distância. Uma vez recebida a requisição e atendidos os requisitos legais, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas informando que a eleição do Conselho de Administração se dará por esse processo.

Eleição em Separado

A Lei das S.A. garante ainda o direito aos acionistas de elegerem 01 (um) membro do Conselho de Administração por Eleição em Separado, sem a participação do acionista controlador, desde que

sejam detentores, individualmente ou em conjunto, de pelo menos 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, observado o disposto no artigo 141, §6º da Lei das S.A.

Dessa forma, o acionista que queira solicitar a Eleição em Separado, bem como eleger em separado membro do Conselho de Administração, deverá, na forma do artigo 141, §6º da Lei das S.A: comprovar a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

Em caso de participação na Assembleia por meio digital, tal comprovação se dará mediante a apresentação à Companhia, junto com os demais documentos exigidos para o seu credenciamento, de extrato de posição acionária emitido pela entidade competente, destacando a titularidade ininterrupta das ações, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. A Resolução CVM nº 81/22 exige que o acionista faça, por conta própria, a verificação da propriedade ininterrupta ao preencher determinados itens do boletim de voto que tratam da eleição em separado (conforme itens 17, 18, 19 e 20 do Anexo M - Conteúdo do Boletim de Voto, em que consta que "o acionista somente pode preencher este campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral". De qualquer forma, em caso de participação por meio de boletim de voto a distância por meio de agente de custódia ou do escriturador das ações de emissão da Companhia, nos termos da orientação contida no Ofício Circular/Anual-2023- CVM/SEP, a Companhia solicitará ao escriturador, Banco Bradesco S.A. a verificação da titularidade ininterrupta da participação de tais acionistas.

Sem a comprovação referida acima, as ações não serão computadas para fins de requerimento e Eleição em Separado de membro do Conselho de Administração.

5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023

A administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, no montante de até R\$ 92.443.984,74.

Adicionalmente, para fins de melhor compreensão das mudanças propostas entre (i) a remuneração efetivamente reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e (ii) a remuneração proposta para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, segue abaixo quadro comparativo indicando as principais diferenças apuradas:

Órgão	REMUNERAÇÃO EFETIVA EM 31/12/22	LIMITE PROPOSTO PARA 31/12/2023
Conselho de Administração	R\$ 1.560.000,00	R\$ 3.564.000,00
Diretoria Executiva	R\$ 41.444.580,60	R\$ 87.192.892,13
Conselho Fiscal	R\$ 642.960,00	R\$ 1.327.092,61
Total Global	R\$ 43.647.540,60	R\$ 92.443.984,74

Por fim, em observância ao disposto no artigo 13 da RCVM 81/22, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações do item 8 do Formulário de Referência

no [Anexo IV](#) desta Proposta da Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e

Alterar o artigo 5º do Estatuto Social para refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022.

O quadro comparativo que destaca a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social com marcas de revisão, bem como as suas justificativas, conforme artigo 12 da RCVM 81/22, encontra-se no [Anexo V](#) deste documento.

2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Consolidar o Estatuto Social para refletir a alteração do artigo 5º, em decorrência do cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022.

O Estatuto Social consolidado encontra-se no [Anexo VI](#) deste documento.

Por fim, a Administração informa que a participação dos Acionistas na Assembleia poderá ser por si, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de Boletim de Voto a Distância, nos termos da RCVM 81/22, conforme alterada e de acordo com as instruções contidas no Manual para Participação na Assembleia.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Administração

Companhia Siderúrgica Nacional

ANEXO I

Comentários dos Diretores

(conforme item 2 do Anexo C da RCV 80/22)

Data-Base: 31.12.2022

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 - Os comentários a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios encerrados em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020.

As informações financeiras incluídas neste item do Formulário de Referência, exceto quando mencionado de outra forma têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, e que são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csn.com.br/>).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2022, a Companhia atingiu um EBITDA ajustado no montante de R\$13.817 milhões, redução de 37,2% comparado a 2021, R\$22.002 milhões, com margem EBITDA de 30,1%, consequência de menores resultados operacionais do ano, refletindo as reduções de preço no minério e maiores custos de matérias-primas na siderurgia.

Em 2022, a Companhia registrou uma geração de caixa livre positiva em R\$ 1.311 milhões, o que representa uma redução de 91% em comparação a 2021, decorrente do forte investimento em CAPEX e pagamento de tributos decorrente do resultado recorde no exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou 1,36 de índice de liquidez corrente ⁽³⁾ e em 31 de dezembro de 2021 apresentou 1,43, uma redução de 4%, decorrente de um maior consumo de caixa devido maiores investimentos e pagamento de tributos.

A estratégia financeira da Companhia tem como foco a desalavancagem, buscando a redução do custo de capital para os menores níveis possíveis, por meio de alongamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 44.362 milhões em 2022, o que representa uma redução de 7% em comparação ao mesmo período de 2021, consequência de uma redução de 5% no volume de vendas.

Os indicadores foram mensurados conforme os seguintes termos:

- I. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, do resultado de participação em investimentos, do resultado de outras receitas/despesas operacionais e inclui a participação proporcional de 37,27% do EBITDA da controlada em conjunto MRS Logística.
- II. A margem EBITDA é calculado a partir da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida gerencial.
- III. O índice de liquidez corrente é calculado a partir da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
- IV. A margem líquida é calculada a partir da divisão do lucro líquido pela receita líquida.

O quadro a seguir reflete a condição financeira da Companhia nos últimos três exercícios:

Valores em R\$ milhões	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	41.441	32.755	35.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa/ Aplicações	11.991	16.646	10.423
Dívida Líquida	29.450	16.108	24.948

b) Estrutura de capital:

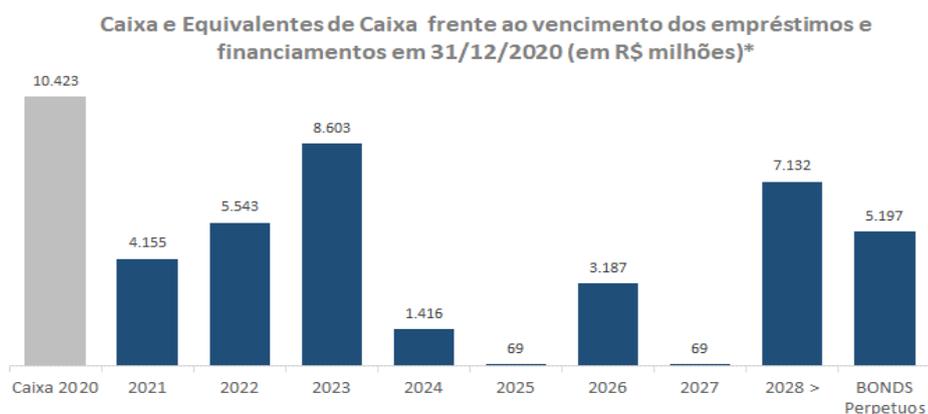
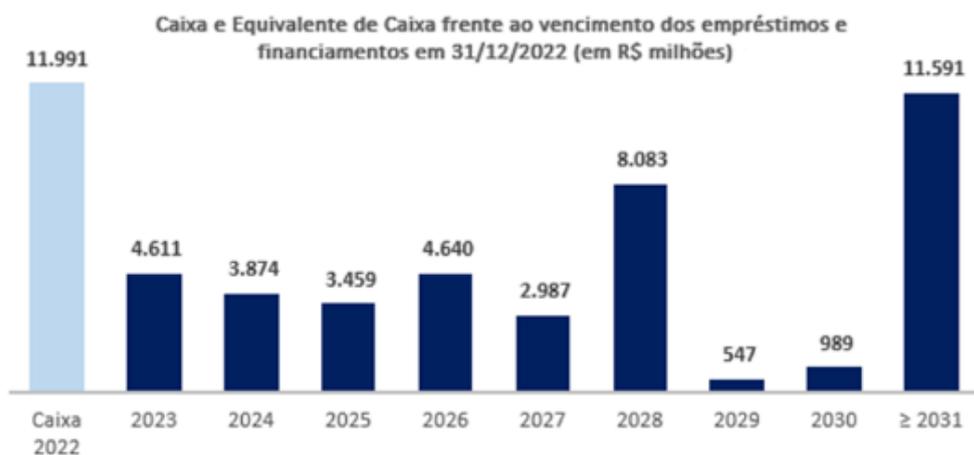
Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020:

Valores em R\$ milhões	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	41.441	32.755	35.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa/ Aplicações	11.991	16.646	10.423
Dívida Líquida	29.450	16.108	24.948

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez que lhe permite honrar com seus compromissos de curto prazo.

Os gráficos a seguir demonstram o caixa e equivalentes de caixa frente aos vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020.



d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizados pela Companhia foram linhas de *trade finance*, linhas de bancos de desenvolvimento, títulos de dívida emitidos em mercados externos (*BONDS*), debêntures e cédulas de crédito bancário (CCB), venda de recebíveis, cessão de crédito com fornecedores, além de recursos próprios. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 2.1(f). Ao longo de 2022, a Companhia realizou diversas operações de captação e recomprar no mercado de dívida local e *offshore*. Dessas transações destacam-se, através de sua controlada CSN Resources, a emissão de títulos representativos de dívida no mercado externo, no valor de US\$500 milhões, equivalente a R\$2,6 bilhões, com vencimento em 2032 (“Notes”). Adicionalmente utilizou parte dos recursos no valor de US\$300 milhões equivalente a R\$1,5 bilhão na oferta de recompra (“Tender

Offer”) dos Notes emitidos pela CSN Resources, com vencimento em 2026. Referidos Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Além disso, através de sua controlada CSN Cimentos, emissão de debêntures no valor total de R\$1,9 bilhão, cujo vencimento está escalonado entre 2025 a 2032.

Já para a controlada CSN Mineração, emissão de debêntures no valor total de R\$1,4 bilhão com vencimentos escalonados entre 2032 a 2037. As controladas Prada e Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G emitiram debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com vencimento único em 2024, respectivamente o montante de R\$130 milhões e R\$1,9 bilhão. A CSN também realizou a emissão de debêntures de aproximadamente o valor de R\$2 bilhões com vencimentos em 2025 e 2027.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos e negociar com seus fornecedores.

Também com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, o quadro demonstração os empréstimos, financiamentos e debêntures no curto e longo prazo:

R\$ (em milhões)	2022	2021	2020
Curto prazo	5.270	5.533	4.155
Longo Prazo	36.171	27.222	31.215
Dívida bruta ⁽¹⁾	41.441	32.755	35.371

(1) O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima não inclui os custos de transação.

Em linha com seu objetivo a Companhia segue bastante ativa com o alongamento do prazo de amortização, com foco em operações de longo prazo e no mercado de capitais local.

A Companhia captou e amortizou empréstimos, financiamentos e debêntures durante 2022, conforme demonstrado abaixo:

Natureza de captação	Captações	Vencimentos	Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	2.131.171	2023 a 2032	(467.381)	(174.797)
Bonds, ACC, CCE e Facility	9.253.891	2023 a 2032	(3.471.458)	(951.167)
Debêntures	7.300.000	2024 a 2037		
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	1.563.161	2023 a 2025	(6.844.019)	(1.189.622)
	20.248.223		(10.782.858)	(2.315.586)

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, apresentados no passivo circulante e não circulante, são:

	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda Nacional	TOTAL
2023	2.823	2.447	5.270
2024	852	3.022	3.874
2025	2.308	1.152	3.459
2026	2.469	2.171	4.640
2027	796	2.191	2.987
2028 a 2031	12.992	2.687	15.679
Após 2031	3.013	2.517	5.530
	25.254	16.187	41.441

Garantias

As garantias, concedidas em razão dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia, são constituídas de bens do ativo imobilizado, avais, fianças e garantias fiduciárias sobre recebíveis, títulos e ações de sua titularidade, não contemplando garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Em 2022, as dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei em caso de eventual concurso de credores da Companhia. Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$36.350 milhões, ou 88,83%, correspondente a obrigações de natureza quirografária, em comparação a R\$24.412 milhões, ou 75,10% em 31 de dezembro 2021 e R\$ 25.432 milhões, ou 72,11% em 31 de dezembro de 2020. As obrigações de natureza quirografária compreendem: (i) dívidas sem garantia real; e (ii) dívidas com garantia fidejussória.

As obrigações quirografárias estão sujeitas (observada a preferência conferida por lei às obrigações de natureza trabalhista e tributária, em caso de eventual concurso de credores) à preferência das dívidas da Companhia que contam com garantias reais, sendo que estas totalizavam, em 31 de dezembro de 2022, R\$4.569 milhões, ou 11,17%, da soma do passivo circulante e não circulante da Companhia, em comparação ao montante de R\$8.095 milhões, ou 24,90%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2021 e de R\$9.838 milhões, ou 27,89%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2020.

- (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia está sujeita a restrições ou obrigações adicionais, incluindo com relação à manutenção de índices financeiros, distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições similares de capital e alienação de controle acionário, que poderão ser objeto de *waivers* e/ou de prazos de cura, se assim concedidos pelas contrapartes à Companhia, tais como: restrições, incluindo quanto a (i) alienação de controle ou redução da participação societária da acionista controladora, (ii) fusão, incorporação ou transferência de parte substancial dos ativos da Companhia ou ações de subsidiárias, (iii) concessão de empréstimos, garantia ou oneração de ativos da Companhia em favor de afiliadas acima de determinado valor, (iv) alienação de parte substancial de ativos da Companhia, (v) vencimento cruzado de outros contratos celebrados pela Companhia e/ou suas subsidiárias em valor superior a US\$100 milhões, e (vi) distribuição de dividendos superior ao mínimo legal caso esteja em curso um evento de inadimplemento e a Companhia esteja descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas descritas acima e entende que, até 31 de dezembro de 2022, atendeu a todas as cláusulas restritivas decorrentes de seus contratos financeiros desde suas respectivas contratações, e não houve necessidade de obtenção de autorizações (*waivers*) das contrapartes até o momento.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não houve alteração.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Demonstração do Resultado do exercício da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 preparados de acordo com o IFRS e o CPC:

Demonstração dos Resultados Consolidados (R\$ milhões)	2022		2021		2020		Análise Horizontal	
	Valor	AV¹	Valor	AV¹	Valor	AV¹	(2022 x2021)	(2021 x2020)
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	44.362	100%	47.912	100%	30.064	100%	-7,4%	59,4%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(31.054)	-64,8%	(25.837)	-53,9%	(19.125)	-63,6%	20,2%	35,1%
Resultado Bruto	13.308	27,8%	22.075	46,1%	10.939	36,4%	-39,7%	101,8%
Despesas/Receitas Operacionais	(5.668)	-11,8%	(1.535)	-3,2%	(5.225)	-17,4%	269,3%	-70,6%
Despesas com Vendas	(2.576)	-5,4%	(2.372)	-5,0%	(2.004)	-6,7%	8,6%	18,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(674)	-1,4%	(587)	-1,2%	(504)	-1,7%	14,8%	16,4%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.656)	-5,5%	1.242	2,6%	(2.788)	-9,3%	-313,8%	-144,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	238	0,5%	183	0,4%	72	0,2%	30,4%	154,3%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.640	15,9%	20.540	42,9%	5.714	19,0%	-62,8%	259,4%
Receitas/(Despesas) Financeiras	(4.249)	-8,9%	(1.990)	-4,2%	(1.073)	-3,6%	113,5%	85,4%
Variação Cambial Líquida de Instrumentos Financeiros	735	1,5%	46	0,1%	277	0,9%	1507,0%	-83,5%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.126	8,6%	18.596	38,8%	4.918	16,4%	-77,8%	278,1%
IR e CSLL sobre o Lucro	(1.959)	-4,1%	(5.000)	-10,4%	(626)	-2,1%	-60,8%	699,4%
Lucro Consolidado do Exercício das Operações Continuadas	2.168	4,5%	13.596	28,4%	4.293	14,3%	-84,1%	216,7%
Lucro Consolidado do Exercício	2.168	4,5%	13.596	28,4%	4.293	14,3%	-84,1%	216,7%
Atribuído aos Sócios Controladores	1.554	3,2%	12.259	25,6%	3.794	12,6%	-87,3%	223,1%
Atribuído aos Sócios não Controladores	614	1,3%	1.337	2,8%	498	1,7%	-54,1%	168,3%

AV¹ - Em relação a receita líquida

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços: A receita líquida em 2022 foi 7% inferior ao registrado em 2021, consequência de um menor volume de vendas no período, uma redução de 5%.

A receita líquida em 2021 foi 59% superior ao auferido em 2020, consequência do avanço nos resultados operacionais da Companhia, impulsionados pela forte realização dos preços nos segmentos de aço, cimentos e mineração.

Custo dos produtos e serviços vendidos: O CPV em 2021 foi 20% superior a 2021, devido a maiores custos de matéria-prima realizados ao longo do ano, principalmente no segmento de siderurgia.

O CPV em 2021 foi 35% superior a 2020, como consequência da alta de preços de algumas matérias primas como o carvão e o coque, além da menor diluição de custos fixos na mineração com a queda no volume produzido.

Resultado Bruto: Em 2022, o lucro bruto totalizou R\$ 13.308 milhões, uma redução de 40% sobre o montante registrado em 2021, conforme destacados nos itens anteriores.

Em 2021, o lucro bruto totalizou R\$ 22.075 milhões, uma elevação de 102% sobre o montante auferido em 2020, conforme destacados nos itens anteriores.

Outras Receitas (Despesas) Líquidas: Em 2022, o valor das outras receitas e despesas líquidas foi negativo,, correspondente a R\$ 2.656 milhões, impactado principalmente pela realização de hedge de fluxo de caixa no montante de R\$ 1.479 milhões e R\$ 320 milhões de demurrage na importação no segmento de mineração outras despesas pulverizadas.

Em 2021, o valor das outras receitas e despesas líquidas foi positivo, correspondente a R\$ 1.242 milhões, impactado principalmente pelo resultado com a abertura de capital da CMIN, que apresentou um ganho líquido de R\$ 2.472, compensado pela realização de hedge de fluxo de caixa no montante de R\$ 553 milhões e outras despesas pulverizadas.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2022, o resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$ 238 milhões, frente ao valor positivo de R\$183 milhões registrado em 2021, em função do aumento do resultado da MRS Logística.

Em 2021, o resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$183 milhões em 2021, frente ao valor positivo de R\$72 milhões registrado em 2020, em função do aumento do resultado da MRS Logística.

Resultado Financeiro Líquido: Em 2022, o resultado financeiro atingiu o saldo negativo de R\$ 3.514 milhões, impactado principalmente pelo aumento dos juros pagos no período e pela variação negativa das ações da Usiminas observada no período.

Em 2021, o resultado financeiro atingiu o saldo negativo de R\$ 1.944 milhões, impactado principalmente pelo custo da dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido: Em 2022, constituiu R\$ 1.959 milhões de IRPJ e CSLL a pagar, consequência do resultado positivo da Companhia obtido por meio de seus principais segmentos.

Em 2021, constituiu R\$ 5.000 milhões de IRPJ e CSLL a pagar, devido resultado recorde da Companhia obtido por meio de seus principais segmentos.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado: Diante do exposto apresentado nos itens acima referente ao exercício de 2022, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R\$ 2.168 milhões, valor 84% menor que o registrado em 2021, quando a Companhia registrou lucro líquido consolidado recorde de R\$ 13.596 milhões.

Balanco Patrimonial da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Comparação das principais contas patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, preparados de acordo com os IFRS e o CPC:

Balancos Patrimoniais Consolidados (em milhões)							Análise Horizontal	
	2022	AV¹	2021	AV¹	2020	AV¹	(2022 x2021)	(2021 x2020)
ATIVO								
Ativo Circulante	30.612	48,6%	34.972	55,5%	23.386	37,1%	-12,5%	49,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.991	19,0%	16.646	26,4%	9.945	15,8%	-28,0%	67,4%
Aplicações Financeiras	1.456	2,3%	2.645	4,2%	3.783	6,0%	-44,9%	-30,1%
Contas a receber	3.233	5,1%	2.598	4,1%	2.867	4,6%	24,5%	-9,4%
Estoques	11.289	17,9%	10.944	17,4%	4.818	7,6%	3,2%	127,2%
Tributos a recuperar	1.866	3,0%	1.655	2,6%	1.605	2,5%	12,7%	3,1%
Outros Ativos Circulantes	777	1,2%	484	0,8%	368	0,6%	60,4%	31,6%
Ativo Não Circulante	54.742	86,9%	44.407	70,5%	39.616	62,9%	23,3%	12,1%
Estoques	1.046	1,7%	656	1,0%	347	0,6%	59,4%	88,9%
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	156	0,2%	148	0,2%	123	0,2%	5,8%	19,7%
Tributos diferidos	5.096	8,1%	5.072	8,1%	3.875	6,2%	0,5%	30,9%
Outros Ativos não Circulantes	6.067	9,6%	5.331	8,5%	4.541	7,2%	13,8%	17,4%
Investimentos	5.219	8,3%	4.012	6,4%	3.696	5,9%	30,1%	8,6%
Imobilizado	26.370	41,9%	21.531	34,2%	19.716	31,3%	22,5%	9,2%
Intangível	10.788	17,1%	7.657	12,2%	7.317	11,6%	40,9%	4,7%
TOTAL DO ATIVO	85.354	135%	79.379	126%	63.002	100%	7,5%	26,0%

Balancos Patrimoniais (Consolidado)							Análise Horizontal	
	2022	AV¹	2021	AV¹	2020	AV¹	(2022 x2021)	(2021 x2020)
Passivo Circulante	22.475	26,3%	24.542	30,9%	14.726	23,4%	-8,4%	66,7%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	422	0,7%	328	0,5%	283	0,4%	28,6%	16,2%
Fornecedores	6.751	10,7%	6.447	10,2%	4.820	7,6%	4,7%	33,8%
Obrigações fiscais	870	1,4%	3.309	5,3%	2.058	3,3%	-73,7%	60,7%
Empréstimos e financiamentos	5.194	8,2%	5.487	8,7%	4.126	6,5%	-5,3%	33,0%
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	73	0,1%	66	0,1%	81	0,1%	10,7%	-18,5%
Outras Obrigações	9.164	14,5%	8.905	14,1%	3.358	5,3%	2,9%	165,2%
Passivo Não Circulante	41.063	48,1%	31.463	39,6%	37.025	58,8%	30,5%	-15,0%
Empréstimos e financiamentos	35.725	56,7%	27.021	42,9%	31.144	49,4%	32,2%	-13,2%
Tributos diferidos	217	0,3%	503	0,8%	619	1,0%	-56,9%	-18,7%
Outras obrigações	2.216	3,5%	1.948	3,1%	3.145	5,0%	13,8%	-38,1%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	1.412	2,2%	508	0,8%	554	0,9%	177,7%	-8,3%
Plano de pensão e saúde	555	0,9%	584	0,9%	758	1,2%	-5,0%	-23,0%
Provisões para passivos ambientais e desativação	938	1,5%	899	1,4%	804	1,3%	4,3%	11,8%
Patrimônio Líquido	21.816	25,6%	23.374	29,4%	11.252	17,9%	-6,7%	107,7%
Capital social realizado	10.240	16,3%	10.240	16,3%	6.040	9,6%	0,0%	69,5%
Reserva de capital	33	0,1%	33	0,1%	33	0,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	8.988	14,3%	10.093	16,0%	5.824	9,2%	-10,9%	73,3%
Outros resultados abrangentes	228	0,4%	(51)	-0,1%	(1.984)	-3,1%	-551,1%	-97,4%
Participação de acionistas não controladores	2.327	3,7%	3.059	4,9%	1.338	2,1%	-24,0%	128,6%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.354	100%	79.379	100%	63.002	100%	7,5%	26,0%

AV¹ - Em relação total do ativo/passivo

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Composto principalmente por aplicações financeiras compromissadas, CDBs, títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 11.991 milhões, sendo 28% inferior aos R\$ 16.646 milhões registrados em 31 de dezembro de 2021. Esta redução é consequência de uma série de desembolsos realizados no período, principalmente os relacionados à aquisição de empresas além da distribuição de dividendos, CAPEX e tributos pagos no período.

Composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 16.646 milhões, sendo

67% superior aos R\$ 9.945 milhões registrados em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao bom desempenho operacional e consequente a geração de caixa da Companhia e a captação de recursos com a oferta pública de ações da CSN Mineração na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Aplicações Financeiras:

Em 2022, as aplicações diminuíram em 45% decorrente da redução no valor de mercado das ações da USIMINAS, que caíram em média 51% em relação a 2021. A USIM3 teve uma queda de R\$7,10 ou 49%, e a USIM5 caiu R\$ 8,00 o equivalente a 53%. Essa queda totalizou em uma redução de R\$ 1.198 milhões.

Em 2021, a redução de 30% em aplicações financeiras se deve principalmente à venda de 56.535.800 ações da USIMINAS no 2º trimestre de 2021, no montante de R\$ 802 milhões, e resgate de CDBs no montante de R\$ 447 milhões.

Contas a receber:

Em 2022, as contas a receber da Companhia aumentaram em 25% devido as importantes aquisições realizadas pela Companhia, como a CSN Cimentos Brasil e a CEEE-G, ambas com seus ativos consolidados.

Em 2021, as contas a receber da Companhia se mantiveram estáveis conforme a estratégia da Companhia quanto a gestão do capital de giro, alta liquidez dos ativos e forte preços realizados.

Estoques:

Em 2022, os estoques da Companhia aumentaram em 3%, conforme a estratégia da Companhia quanto a gestão do capital de giro, projetando a realização de grande parte do estoque já no início de 2023.

Em 2021, os estoques da Companhia aumentaram em 127%, isto porque a Companhia terminou o ano com um estoque de siderurgia mais robusto, sendo 122k/to a mais nos estoques de produtos em elaboração e 500k/to nos estoques de produtos acabados, e com custos de produção maiores, devido à forte importação de carvão e coque.

Ativos circulantes:

Em 2022, os outros ativos da Companhia aumentaram em 60%, isto se deve principalmente pela consolidação das empresas CEEE-G e CSN Cimentos Brasil.

Em 2021, os outros ativos da Companhia aumentaram em 32%, isto se deve principalmente pelo aumento de despesas antecipadas a apropriar.

Ativo não circulante

Outros ativos não circulantes: Em 2022, o aumento de 17% em outros ativos se deve ao desembolso da Companhia de R\$ 440 milhões relativo a empréstimos com partes relacionadas e Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital (“AFACs”) para a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), e R\$ 309 milhões de estoques de minérios.

Em 2021, o aumento de 17% em outros ativos se deve ao desembolso da Companhia de R\$ 440 milhões relativo a empréstimos com partes relacionadas e Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital (“AFACs”) para a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), e R\$ 309 milhões de estoques de minérios.

Tributos diferidos: Em 2022 se manteve estável e variou apenas 1%.

Em 2021 houve a reversão de *impairment* sobre o imposto de renda diferido ativo no valor de R\$1.034 milhões devido à expectativa de realização integral dos créditos em até 5 anos, bem como outras movimentações pulverizadas nos diversos itens que geram diferenças temporárias.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2022, o aumento de 30% dos investimentos teve como principal fator as aquisições durante o ano, trazendo o reconhecimento do *Fair Value* de R\$359 milhões e de participações indiretas em coligadas de R\$216 milhões, ambos valores ligados a CEEE-G, e pelo resultado de equivalência de R\$ 238 milhões do exercício.

Também, em 2022 tivemos a reversão de *impairment* de R\$388 milhões referente ao *Fair Value* da TLSA, onde a Companhia através do teste de recuperabilidade do investimento realizado, ampliando as projeções de rentabilidade e trazendo uma segurança maior sobre os seus ativos operacionais, optou pela reversão do montante reconhecido em 2016.

Em 31 de dezembro de 2021, o aumento de 9% dos investimentos se deu em razão de investimento por equivalência de R\$ 183 milhões no período, e a forte valorização de investimentos por valor justo no montante R\$ 130 milhões.

Ativo imobilizado e intangível: Em 2022, o saldo do imobilizado e intangível juntos aumentaram em 25%. O aumento é consequência do incremento dos ativos das CEEE-G e CSN Cimentos Brasil e do forte investimento em CAPEX no período, além da aquisição de direitos e licenças na CEEE-G no montante de R\$ 2 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do imobilizado variou em R\$ 2.155 milhões. O aumento no ano de 2021 se deu em razão da estratégia da Companhia, que investiu um total de R\$ 2.934 milhões em CAPEX, um patamar 73% superior ao de 2020, o que demonstra os esforços e avanços nos projetos de beneficiamento e aumento de capacidade na mineração.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos:

Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 41.441 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é consequência de uma série de desembolsos realizados no exercício, principalmente os relacionados à aquisição da CEEE-G, como o desembolso de R\$ 2 bilhões para pagamento da outorga e além das captações realizadas no exercício vide item 2)d.

Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 32.755 milhões em 31 de dezembro de 2021. O principal fator para a redução da dívida se deve à estratégia da administração, visando reduzir o endividamento da Companhia.

Fornecedores: Em 2022, a Companhia manteve a estratégia com novas operações de maiores prazos, apresentando apenas 4% de aumento, se mantendo estável.

Em 2021, a Companhia manteve a estratégia de realizar operações de compras com maiores prazos. O aumento de 34% trata-se principalmente de prazos maiores e maiores compras de matéria-prima, mais especificamente carvão e coque.

Obrigações Fiscais: Em 2022 as obrigações tributárias reduziram 74% muito em prol da redução do resultado da companhia impactando em IR/CS R\$ 1,9 bilhões, compensados por R\$ 3,9 bilhões em pagamentos.

O ótimo resultado da Companhia fez com que as despesas de IR/CS fossem elevadas no ano, sendo R\$ 5.000 milhões de despesas com IR/CS, compensados pelos pagamentos de R\$ 2.931 milhões.

Outras Obrigações: Os principais impactos decorrem de novas operações de risco sacado, que aumentaram em 29% no período (R\$ 5.709 milhões em 31 de dezembro de 2022 ante R\$ 4.439 milhões em 31 de dezembro de 2021), seguindo a estratégia da Companhia quanto a gestão de caixa.

Plano de pensão e saúde: O saldo de R\$ 555 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 584 milhões em 31 de dezembro de 2021) compõe, principalmente, o plano de saúde dos aposentados. A redução do passivo decorre do aumento da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial que foi para 11,73%.

O saldo de R\$ 584 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 758 milhões em 31 de dezembro de 2020) compõe, principalmente, o plano de saúde dos aposentados. A redução do passivo decorre do aumento da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial que foi para 10,53%.

Fluxo de Caixa da Companhia. Balanço Patrimonial da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Segue quadro comparativo dos fluxos de caixa da Companhia de 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em R\$ milhões:

Fluxo de Caixa	2022	2021	2020
Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.043	14.793	9.577
Caixa Líquido Atividades de Investimentos	(11.455)	448	(1.864)
Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	4.747	(8.530)	1.185
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	10	(9)	(43)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	(4.655)	6.702	8.856

Comparação entre os fluxos de caixa de 2022 e 2021:

Em 2022, o fluxo de caixa da Companhia foi impactado pelo desempenho operacional, devido ao ritmo comercial menor, e por maiores gastos com as atividades de investimento, consumindo R\$ 4.655 milhões no ano, frente a uma geração de caixa de R\$ 6.702 milhões em 2021.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$ 2.042 milhões e R\$ R\$ 14.793 em 2022 e 2021, respectivamente. O aumento de R\$ 12.750 milhões no período, referente às atividades operacionais devem-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A Companhia registrou em 2022 um lucro de R\$ 2.168 milhões, 84%% menor que no ano de 2021, sendo R\$ 613 milhões atribuído aos sócios não controladores.
- A variação em contas a receber líquido (terceiros e partes relacionadas) no ano de 2022 foi de R\$ 1.403 milhões negativos, comparado ao valor positivo de R\$ 1.210 milhões em 2021. Esse menor volume de recebimentos foi impactado pela sazonalidade do mercado no durante o ano de 2022.
- Os estoques sofreram variação negativa de R\$ 735 milhões em 2022, comparado a R\$ 6.352 negativos em 2021. Esse aumento está atrelado a realização do saldo de produtos acabados e produtos em elaboração, que trouxe impactos positivos ao longo do ano.
- As obrigações fiscais impactaram negativamente os fluxos de caixa operacionais, consumindo um total de R\$ 2.505 milhões em 2022.
- Por meio de convênios com instituições financeiras, a Companhia alongou o prazo de mais R\$1.269 milhões em fornecedores no período. Essa operação possibilita aos seus credores o

recebimento do montante devido na data de vencimento.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$ 11.454 milhões em 2022, comparado a R\$ 448 milhões gerados em 2021. Os maiores impactos ficaram por conta das aquisições das empresas CSN Cimentos Brasil (LafargeHolcim), Topázio, Santa Ana, Brasil Central Energia, CEEE-G e Chapecó, totalizando R\$ 6.523 milhões e aquisição de direitos de concessão, no valor de R\$ 2.024 milhões.

O caixa despendido com CAPEX aumentou em 17% em 2022 (R\$3.352 milhões em 2022 ante R\$2.865 milhões em 2021).

Os AFACs e capitalizações totalizaram R\$ 663 milhões (sendo R\$ 658 milhões de AFACs e R\$ 5 milhões em capitalizações) em 2022, contra R\$ 296 milhões em 2021.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 4.747 milhões em 2022, enquanto em 2021 foram consumidos R\$ 8.530 milhões. As principais movimentações são:

- Captação de R\$ 20.188 milhões, incluindo R\$ 7.300 milhões de debentures emitidas em 2022.
- Pagamento de R\$ 10.783 milhões em empréstimos e financiamentos, 39% a menos que 2021.
- Dividendos e JCP pagos em 2022 no montante de R\$ 3.757, ante R\$ 3.291 milhões em 2021.
- Recompra de ações, totalizando R\$ 410 milhões em 2022, ante R\$ 1.516 milhões em 2021.

Comparação entre os fluxos de caixa de 2021 e 2020:

Em 2021, a Companhia manteve mais um ótimo desempenho operacional aproveitando as oportunidades do mercado, mantendo a geração de caixa total em R\$ 6.702 milhões, frente ao fluxo de caixa de R\$ 8.856 milhões em 2020.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$ 14.793 milhões e R\$ 9.577 milhões em 2021 e 2020, respectivamente. A geração de R\$ 5.216 milhões maior no período, referente às atividades operacionais devem-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A Companhia registrou em 2021 um lucro de R\$ 13.596 milhões, 217% maior que no ano de 2020, decorrente do ótimo desempenho operacional, sendo R\$ 1.337 milhões atribuído aos sócios não controladores.
- Em 2021, a Companhia registrou um ganho líquido de R\$ 2.472 milhões com o IPO da CSN Mineração, impactando a geração de caixa operacional.
- O volume recebido em contas a receber líquido (terceiros e partes relacionadas) no ano de 2021 foi de R\$ 1.828 milhão, comparado ao valor negativo de R\$ 594 em 2020. Esse maior volume de recebimentos foi impulsionado pelo excelente faturamento da Companhia no ano.
- Os estoques sofreram variação negativa de R\$ 6.352 milhões em 2021, comparado a um aumento de R\$ 755 em 2020. Essa variação negativa está atrelada a um maior saldo de produtos acabados e produtos em elaboração. A realização desse saldo trará impactos positivos para 2022.

- Por meio de convênios com instituições financeiras, a Companhia alongou o prazo de R\$ 4.448 milhões devidos a fornecedores. Essa operação possibilita aos seus credores o recebimento do montante devido na data de vencimento.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 448 milhões em 2021, comparado a R\$ 1.864 milhões consumido em 2020. O caixa despendido com CAPEX aumentou em 70% em 2021 (R\$ 2.864 em 2021 ante R\$ 1.683 milhões em 2020) em decorrência do plano de investimentos da Companhia. Os impactos positivos ficaram com a venda das ações da Usiminas, que geraram R\$ 1.303 milhões e o IPO da CSN Mineração, gerando R\$ 3.164 milhões.

Ainda, foram realizados os pagamentos para aquisição da Elizabeth Cimentos S.A. ("Elizabeth Cimentos") e Elizabeth Mineração Ltda. ("Elizabeth Mineração") totalizando R\$ 728 milhões, e o depósito para aquisição da LafargeHolcim Brasil S.A. ("LafargeHolcim") no valor de R\$ 264 milhões. Os AFACs e capitalizações totalizaram R\$ 296 milhões (sendo R\$ 263 milhões de AFACs e R\$ 33 milhões em capitalizações) em 2021, contra R\$ 132 milhões em 2020.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento foi de R\$ 8.530 milhões em 2021, enquanto em 2020 foram gerados R\$ 1.185 milhões, sendo R\$ 9.715 milhões gastos a mais no período. As principais movimentações são:

- Pagamento de R\$ 17.639 milhões em empréstimos e financiamentos, 174% a mais que 2020.
- Dividendos e JCP pagos em 2021 no montante de R\$ 3.290, ante R\$ 309 milhões em 2020.
- Recompra de ações, totalizando R\$ 1.516 milhões em 2021;

Os impactos positivos foram captações de empréstimos de R\$ 12.845 milhões e recebimento pela emissão de novas ações da CSN Mineração no montante de R\$ 1.347 milhões no ano.

2.2 – Resultado Operacionais e Financeiro

resultados das operações do emissor, em especial:

descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas para embalagens e perfis de aço. A Companhia também possui participações em ferrovias, terminais portuários e empresas de geração de energia, bem como atua na produção de cimento.

A Companhia busca sempre aperfeiçoar e maximizar o retorno das suas atividades por meio de uma atuação concentrada em cinco segmentos-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de

grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo e é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014, iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no estado de Rondônia.

Em 07 de Outubro de 2022, a CSN Mineração e a CSN Energia, concluíram a aquisição da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, com capacidade instalada de 120 MW, localizada na cidade de Ipuçu – SC, tornando a CSN Mineração autossuficiente em energia elétrica, reforçando a sua competitividade industrial através de maior previsibilidade de custos e geração de energia de fonte 100% renovável.

Cimentos

O segmento de Cimentos, que atua através da CSN Cimentos, consolida as operações de produção, comercialização e distribuição de cimento, agregados e concreto. Nas fabricas localizadas no Sudeste a escória utilizada é a mesma produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia tem intensificado sua estratégia de expansão do negócio para novas regiões, e o primeiro passo deu-se com a aquisição da Elizabeth Cimentos S.A. e da Elizabeth Mineração Ltda. Em 31 de agosto de 2021, que, com atuação na região Nordeste, adiciona 1,3 Mtpa de capacidade de produção de cimento.

Em 06 de setembro de 2022, a CSN Cimentos teve um avanço relevante da sua capacidade e posicionamento geográfico através da aquisição da LafargeHolcim (Brasil) S.A. Esse ativo acrescenta 11 milhões de toneladas de capacidade de produção de cimento, além de contribuir com novos negócios ao portfólio atual: Agregados e Concreto. Com todas as operações combinadas o segmento de Cimentos da CSN é atualmente o segundo maior do Brasil, na perspectiva de capacidade produtiva efetiva, totalizando 17 milhões de toneladas.

As plantas de cimento estão localizadas nos estados de Minas Gerais (Arcos, Pedro Leopoldo, Barroso

e Montes Claros), Rio de Janeiro (Volta Redonda, Cantagalo e Rio de Janeiro), Paraíba (Alhandra e Caaporã), Espírito Santo (Vitória), Bahia (Candeias), Goiás (Cocalzinho de Goiás) e São Paulo (Sorocaba). O processo produtivo se dá basicamente por meio da moagem das principais matérias-primas que incluem o clínquer, calcário, gesso e escória.

Os sites são divididos em duas modalidades: fabricas integradas e moagens. As fábricas integradas possuem mina de calcário e forno para produção de clínquer, são elas: Arcos, Barroso, Pedro Leopoldo, Montes Claros, Alhandra, Caaporã e Cantagalo.

Já as moagens não produzem o próprio clínquer, são abastecidas com clínquer próprio (transferência entre plantas) e/ou fontes de terceiros, são elas: Volta Redonda, Rio de Janeiro, Vitória, Candeias, Cocalzinho e Sorocaba.

Atualmente a empresa atende o mercado de cimento com um amplo portfólio de produto adequado tanto ao segmento técnico quanto ao mercado de distribuição, conforme norma ABNT NBR 16697. O cimento é comercializado tanto na forma de ensacado como granel.

Além das operações acima a CSN Cimentos detém também dois ativos de geração de energia elétrica adquiridos em 30 de Junho de 2022: a PCH Santa Ana, localizada no município de Angelina – SC, com capacidade instalada de 6,50 MW, e a PCH Sacre II, localizada no município de Brasnorte – MT, com capacidade instalada de 30 MW.

LOGÍSTICA

Ferrovária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detém a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em

Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha – Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de

logística feitos sob medida.

Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como a energia é um insumo fundamental em seu processo produtivo, a Companhia detém ativos de geração de energia elétrica e com as aquisições realizadas em 2022 atingiu sua autossuficiência energética, passando a atuar no setor como um player de geração de energia elétrica através da comercialização de seu excedente.

O ano de 2022 marcou o crescimento deste segmento através da aquisição de ativos de geração renovável relevantes, triplicando a sua capacidade de geração, conforme abaixo:

Em 30 de Junho de 2022, a CSN Cimentos e a CSN Energia concluíram a aquisição da PCH Sacre II, localizada no município de Brasnorte – MT, com capacidade instalada de 30 MW e da PCH Santa Ana, localizada no município de Angelina – SC, com capacidade instalada de 6,50 MW

Em 07 de Outubro de 2022, a CSN Mineração e a CSN Energia, concluíram a aquisição da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, localizada na cidade de Ipuauçu – SC, com capacidade instalada de 120 MW.

Em 21 de Outubro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”) concluiu a aquisição de 66,23% das ações da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, com usinas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, incrementando em 746 MW a capacidade instalada do grupo CSN. Em 22 de Dezembro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”), concluiu a aquisição da participação de 32,74% da Eletrobrás na Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEEG.

Essa aquisição resultou no incremento de 380 MW de capacidade instalada de geração para a CSN. Com isso a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”) passou a deter o total de 99% do capital social da CEEE-G.

Com as aquisições o grupo CSN passa a deter um portfólio de ativos de geração com a capacidade instalada de 2.167 MW, conforme abaixo:

1. Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no estado de Santa Catarina, da qual a CSN detém a participação de 29,50% através da SPE de ITASA, com capacidade instalada equivalente à sua participação de 428 MW;
2. Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, em que a CSN detém 17,92% de participação no consórcio, com capacidade instalada equivalente à sua participação de 38 MW;
3. Central de Cogeração Termoelétrica CTE#1, CTE#2 e TRT – Turbina de Recuperação de Topo, em operação na Usina Presidente Vargas com capacidade instalada de 10 MW, 235 MW e 22 MW respectivamente, utilizando como combustível os gases industriais recirculados resultantes da própria produção siderúrgica;

4. Pequena Central Hidrelétrica Sacre II, localizada no estado de Mato Grosso, com capacidade instalada de 30 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo através do controle indireto da SPE de Brasil Central Energia;
5. Pequena Central Hidrelétrica Santa Ana, localizada no estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 6,5 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo através do controle direto da SPE de Santa Ana Energética;
6. Usina Hidrelétrica de Quebra Queixo, localizada no estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 120 MW, da qual a CSN Mineração detém o controle integral do ativo através do controle direto da SPE de CEC – Companhia Energética Chapecó;
7. Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira dos Macacos, localizada no estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 3,4 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo, através da aquisição da LafargeHolcim;
8. Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, localizada no estado do Rio Grande do Sul, com uma plataforma de 15 Usinas Hidrelétricas próprias, ativos eólicos e solares, além de participação minoritária em outros empreendimentos, refletindo em uma capacidade instalada de 1.275 MW.

Receita Líquida da Companhia

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

Resultado 2022	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/	Consolidado
Receita Líquida	29.341	12.525	308	2.312	293	2.820	(3.236)	44.362
Mercado Interno	20.588	1.700	308	2.312	293	2.820	(4.063)	23.958
Mercado Externo	8.753	10.825	-	-	-	-	827	20.405

Resultado 2021	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/	Consolidado
Receita Líquida	30.091	18.043	311	1.839	223	1.430	(4.026)	47.912
Mercado Interno	21.400	3.114	311	1.839	223	1.430	(5.084)	23.234
Mercado Externo	8.691	14.929	-	-	-	-	1.058	24.678

Resultado 2020	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/	Consolidado
Receita Líquida	16.603	12.683	256	1.490	173	858	(1.999)	30.064
Mercado Interno	11.721	1.533	256	1.490	173	857	(3.144)	12.886
Mercado Externo	4.882	11.151	-	-	-	1	1.145	17.178

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais,

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia vende produtos siderúrgicos majoritariamente no mercado doméstico. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito,

como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influência também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo do combustível é um componente importante.

a) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provém das exportações de minério de ferro, estando, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No caso de cimento, a receita é denominada em Reais e variações inflacionárias podem impactar os resultados. Desta forma, o componente cambial é menos representativo neste segmento.

Como a maior parte das receitas da Companhia provém dos segmentos de siderurgia e mineração, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços sobre as suas receitas nestes dois segmentos.

Em 2022, a receita líquida atingiu R\$44,4 bilhões, 7,4% inferior em relação àquela registrada em 2021, principalmente pelos menores volumes produzidos de minério de ferro e menores preços praticados no mercado internacional, tanto para o minério quanto para o aço. A receita líquida de siderurgia somou R\$29,3 bilhões, ou 66,1% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,4 milhões de toneladas de aço, sendo 3,1 milhões no mercado interno e 1,3 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$12,5 bilhões, representando 28,2% da receita líquida consolidada, com vendas de 33,3 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2021, a receita líquida R\$ 48 bilhões, impulsionado pelo ambiente favorável de preços e aumento de volumes de vendas. A Receita líquida da Siderurgia em 2021 atingiu R\$ 30,09 bilhões, ou 62,8% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,6 milhões de toneladas de aço, sendo 3,2 milhões para o mercado interno e 1,4 milhões para o mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A Receita Líquida de mineração totalizou 18,043 bilhões, representando 37,7% da receita líquida consolidada, com vendas de 33,2 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2020, a receita líquida atingiu R\$30 bilhões, 18% superior em relação àquela registrada em 2019,

principalmente pelos maiores preços e volumes realizados no segmento de mineração e siderurgia. A receita líquida de siderurgia somou R\$16,6 bilhões, ou 55% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,6 milhões de toneladas de aço, sendo 3,2 milhões no mercado interno e 1,4 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$12,7 bilhões, representando 42% da receita líquida consolidada, com vendas de 31,2 milhões de toneladas de minério de ferro.

b) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial:

Carvão, coque, pelotas e metais, no caso da siderurgia, atrelados ao dólar;

Combustíveis no caso da mineração e do transporte ferroviário e;

Clínquer no caso de cimentos

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros e de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados em fundos de investimentos que incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com rendimento pré-fixados e com liquidez imediata. Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, a Companhia aplica também uma parcela de seus recursos financeiros no exterior em Time Deposits/Bonds com taxas pré-fixadas.

A CSN possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada.

Em 31/12/2022, 39,1% da dívida era denominada em reais, e os demais 60,9% denominados em outras moedas. Em 31/12/2021, 32,3% da dívida era denominada em reais, e os demais 67,7% denominados em outras moedas. Em 31/12/2020, 28,3% da dívida era denominada em reais, e os demais 71,7% denominados em outras moedas.

A dívida está atrelada à Libor (London Interbank Offered Rate), ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Em 2022, cerca de 53,6% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante (Libor, TJLP e CDI), em comparação a 44% em 2021. Em 2021, cerca de 44% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante (Libor, TJLP e CDI), em comparação a 41% em 2020.

A exposição cambial líquida consolidada em 31/12/2022 está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	1.191.036	1.656.271
Contas a receber	315.920	212.424
Aplicação financeira	26.930	23.748
Empréstimos e financiamentos	(4.594.471)	(3.866.290)
Fornecedores	(366.149)	(613.961)
Outros	(23.079)	(149.532)
Exposição Cambial Bruta Natural (ativo - passivo)	(3.449.813)	(2.737.340)
Hedge accounting de fluxo de caixa	4.409.760	2.655.350
Swap CDI x Dólar	(67.000)	(67.000)
Swap Real X Dólar	(115.000)	
Exposição cambial líquida	777.947	(148.990)

Ressalta-se que a CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros.

2.3 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram mudanças significativas que causaram efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas

Informamos que não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020.

Ênfases

Para o período de 2022 não houve ênfase.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2022.

Abaixo estão descritos os PAAs:

I. Combinação de negócios (Nota Explicativa nº 3)

Durante o exercício de 2022, conforme demonstrado na nota explicativa nº 3, a Companhia por meio de suas subsidiárias, concluiu a aquisição de controle das seguintes empresas: Lafarge Holcim (Brasil) S.A., Companhia Estadual de Energia Elétrica “CEEE-G”, Companhia Energética Chapecó, Metalúrgica Iguazu S.A., Santa Ana Energética S.A. e Topázio Energética S.A.

As combinações de negócio realizadas, resultaram na apuração de ágio, bem como na mensuração e reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos pelo seu valor justo e envolveu julgamentos significativos da administração, além da aplicação de estimativas relevantes,

fundamentalmente em dados e premissas subjetivas, que podem impactar de forma relevante a mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, conseqüentemente, o valor do ágio apurado nas aquisições.

II. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa nº 10.e)

A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.(TLSA) em 31 de dezembro de 2022, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R\$ 1.844 milhão, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pela norma NBC TG 01(R4) Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros.

A Companhia, como investidora, também realiza o teste de recuperabilidade, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente, utilizando o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada.

Desta forma, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

Nos exercícios de 2020 e 2021 a controlada em conjunto TLSA foi mencionada no parecer dos auditores independentes, no parágrafo de ênfase. Comentamos abaixo o parecer dos auditores independentes referente aos exercícios de 2021, 2020.

I. Continuidade operacional da controlada em conjunto TLSA

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 11.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto TLSA, atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, continua atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o conseqüente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2021.

Abaixo estão descritos os PAA:

I. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa no 10.e)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto TLSA em 31 de dezembro de

2021, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R\$ 1.385 milhão, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R-1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também efetua sua avaliação, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente utilizando-se o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Sendo assim, este assunto foi, novamente, considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

II. Combinação de negócios (Nota Explicativa no 4)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração através da sua controlada CSN Cimentos, pelo montante de R\$ 599 milhões, tendo sido apurado ágio de R\$83 milhões. O valor de aquisição de Elizabeth Mineração no montante de R\$118 milhões, não resultou em apuração de ágio.

A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelo seu valor justo, bem como a apuração do ágio, envolveu julgamentos significativos da administração além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentalmente em dados e premissas subjetivas, que podem impactar de forma relevante a mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, conseqüentemente o valor do ágio apurado na aquisição. Desta forma, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

2.4 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2022 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022 as controladas do Grupo CSN adquiriram integralmente e/ou parcialmente as empresas Metalgráfica Iguaçu S.A. (“Metalgráfica”), Santa Ana, Topázio, Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (“CEEE-G”), CSN Cimentos Brasil S.A (“Cimentos Brasil”) e a Companhia Energética Chapecó (“Chapecó”). Abaixo está demonstrado o efeito na combinação de negócio de cada aquisição.

As aquisições do segmento de energia têm por objetivo suportar e fortalecer sua estratégia de expansão dos negócios, através de investimentos em energia renovável e autoprodução para a maior

competitividade e a aquisição do segmento de siderurgia melhorar a competitividade do negócio e fortalecer a cadeia nacional, especialmente em relação as embalagens sucedâneas.

b.1) Aquisição do controle da Metalgráfica Iguaçu S.A.:

Em 06 de setembro de 2022, a Companhia Metalúrgica Prada (“Prada”), controlada da Companhia, adquiriu 100,00% do capital social total Metalgráfica. Os ativos adquiridos estão localizados no Paraná e em Goiás, a operação é um passo estratégico para ampliar a capacidade de produção da divisão de embalagens da Companhia.

A transação consiste em uma combinação de negócios por meio da qual a Prada adquiriu o controle com a incorporação das ações da Metalgráfica e em contrapartida à incorporação de ações, no recebimento pelos acionistas da Metalgráfica de ações de emissão da Prada em substituição às ações da Metalgráfica, de acordo com a relação de troca aprovada em assembleia geral extraordinária das companhias.

Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	R\$ (Mil)	Referência
Participações societárias emitidas	A Prada emitiu novas ações que foram entregues aos acionistas da Metalgráfica	263	(a)
Participações societárias emitidas	A Metalgráfica emitiu novas ações que foram adquiridas pela Prada	133.100	(b)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		133.363	

a) Companhia Prada aprovou o aumento de capital no valor de R\$263 mil com a emissão de 571.251 ações ordinárias, integralizadas com as ações da Metalgráfica. As ações foram emitidas pelo valor patrimonial de acordo com o Laudo de Avaliação.

A avaliação do valor justo das ações da Metalgráfica, transferidas para a Prada na combinação de negócios, foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado, com a emissão de Laudo de valor econômico elaborado por avaliadores independentes e seu resultado está apresentado no quadro a seguir:

Valor econômico - Metalgráfica	Data base 31/03/2022
Fluxo de caixa descontado	59.353
Valor residual descontado	33.973
Valor operacional - Enterprise value	93.326
Endividamento líquido	(109.133)
Ativos/passivos não operacionais	16.070
Valor econômico - Equity value	263

b) O Conselho de Administração da Metalgráfica aprovou em 06 de setembro de 2022 o aumento de

capital no valor de R\$133.100 mil mediante a emissão de 122.110.092 ações que foram subscritas pela Prada.

Ágio na aquisição do controle

De acordo com o item 32 do CPC15 (R1)/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura, conforme quadro a seguir:

Item	R\$ (Mil)	Referência
Preço de compra considerado	133.363	(i)
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	121.948	(iii)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota 12)	11.415	

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC 04 (R1)/IAS 38.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 31 de agosto de 2022, considerando as participações direta e indireta, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

(R\$ mil)	Valores contábeis	Ajuste Proforma	Ajustes a valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	23.924	133.100		157.024
Caixa e equivalente de caixa	569			569
Contas a receber de clientes	7.249			7.249
Estoques	4.435			4.435
Outros ativos	713	133.100		133.813
Impostos e contribuições a recuperar	10.958			10.958
Ativo Não Circulante	58.408		72.184	130.592
Impostos e contribuições a recuperar	38.649			38.649
Outros ativos	1.856			1.856
Investimentos	10			10
Imobilizado	17.750		72.184	89.934
Intangível	143			143
Total dos ativos adquiridos	82.332	133.100	72.184	287.616
Passivo Circulante	134.464			134.464
Empréstimos e financiamentos	89.852			89.852
Fornecedores	17.114			17.114
Obrigações trabalhistas	17.339			17.339
Obrigações fiscais	181			181
Adiantamento de clientes	1.158			1.158
Parcelamentos	2.227			2.227
Outras contas	6.593			6.593
Passivo Não Circulante	31.204			31.204
Empréstimos e financiamentos	21.844			21.844
Parcelamentos	6.462			6.462
Outras contas	2.898			2.898
Total dos passivos assumidos	165.668			165.668
Patrimônio líquido adquirido	(83.336)	133.100	72.184	121.948

Ajuste proforma: refere-se ao aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de setembro de 2022, no montante de R\$133.100 mil, a ser integralizado no prazo de 24 meses.

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$72.184 mil, distribuída entre os principais ativos da Metalgráfica. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Ativos imobilizados	Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por benfeitorias construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 11.	17.750	72.184	89.934
		17.750	72.184	89.934

A controlada Prada contratou uma empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do excesso de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC 15 (R1) / IFRS 3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados.

No decorrer do período de mensuração a Companhia identificou ajustes no patrimônio líquido adquirido resultado na redução do ágio de rentabilidade futura de R\$96.472 mil para R\$11.415 mil.

b.2) Aquisição da Santa Ana Energética S.A. e Topázio Energética S.A.:

Em 08 de abril de 2022 a Companhia em conjunto com a CSN Energia assinou o contrato de compra para aquisição de 100% das ações de emissão da Santa Ana e Topázio negociadas com Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) Fundo de Investimento Participações Multiestratégia. A operação foi concluída em 30 de junho de 2022.

A Santa Ana é titular da outorga para exploração da pequena central hidrelétrica de Santa Ana, localizada no estado de Santa Catarina, com contrato de vigente até dezembro de 2046 e com uma capacidade instalada de aproximadamente, de 3,75 MW/h.

A Topázio, através da sua controlada Brasil Central Energia Ltda, é titular da outorga para exploração da pequena central hidrelétrica de Sacre II, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, com contrato de vigente até junho de 2039. Com uma capacidade instalada de aproximadamente, de 30,00 MW/h.

Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	Santa Ana Energética	Topázio Energética	Referência
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de R\$466.153	37.292	428.861	(i)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		37.292	428.861	

(i) Em 30 de junho de 2022 a transação foi concluída com o pagamento pela CSN Cimentos e CSN Energia no montante de R\$466.153.

Ágio na aquisição do controle

De acordo com o item 32 do CPC15 (R1)/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação não gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura, pois o valor justo dos ativos foi alocado integralmente.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

Na identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia aplicou as orientações contidas no IFRS13/CPC46 - Mensuração de valor justo. No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de junho de 2022, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

(R\$ mil)	Santa Ana Energética			Topázio Energética		
	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa	1.602		1.602	3.493		3.493
Contas a receber de clientes	13		13	199		199
Estoques	422		422	647		647
Impostos a recuperar	2		2	87		87
Outros ativos				21		21
Imobilizado	28.163	10.482	38.645	173.494	(79.317)	94.177
Intangível		(3.200)	(3.200)		331.637	331.637
Total dos ativos adquiridos	30.202	7.282	37.484	177.941	252.320	430.261
Contas a pagar	2		2	179		179
Impostos a recolher	72		72	821		821
Salários e encargos sociais				167		167
Outras contas a pagar	92		92			-
Arrendamentos	26		26	233		233
Total dos passivos assumidos	192		192	1.400		1.400
Patrimônio líquido	30.010	7.282	37.292	176.541	252.320	428.861

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$259.602, distribuída entre os principais ativos da Companhia. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Ativos imobilizados	Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por beneficiarias construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 12.	201.424	(68.835)	132.589
Ativos intangíveis	Avaliados pelo método MPEEM que mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Utilizando a análise dos resultados projetados da empresa como referencial, são calculadas os fluxos de caixa antes dos impostos atribuíveis diretamente relacionados ao ativo, a partir da data-base estipulada na avaliação.		328.437	328.437
		201.424	259.602	461.026

A controlada CSN Cimentos S.A. contratou uma empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do excesso de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC 15 (R1) / IFRS 3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados.

b.3) Aquisição da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G

Em julho de 2022 iniciou o processo de participação no leilão realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, para a venda de 100% das ações em seu poder, 6.381.908 equivalentes a 66,23% do capital social,

da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE-G, como parte do programa de desestatização do Grupo CEEE, de acordo com a Lei Estadual 15.298/19 em 21 de outubro de 2022 a transação foi concluída com o pagamento pela companhia do prêmio vencedor do leilão.

A CEEE-G é titular da outorga para exploração de cinco usinas hidrelétricas (UHE's), oito pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e duas centrais geradoras hidrelétricas (CGH's) localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Como parte do Leilão a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE-g firmou um novo Contrato de Concessão com prazo de 30 anos. De acordo com as orientações do referido Leilão o controle da Companhia foi transferido a partir de liquidação da operação.

Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	R\$ (Mil)	Referência
Ativos Transferidos	Pagamento realizado na conclusão da transação	928.000	(i)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		928.000	

(i) Em 21 de outubro 2022 a transação foi concluída com o pagamento pela Companhia no montante de R\$928.000 mil.

Ágio na aquisição do controle

De acordo com o item 32 do CPC15 (R1)/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação não gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura, pois o valor justo dos ativos foi alocado integralmente.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

Na identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia aplicou as orientações contidas no IFRS13/CPC46 - Mensuração de valor justo. No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 01 de outubro de 2022, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

(R\$mil)	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa	661.864		661.864
Contas a receber de clientes	51.333		51.333
Estoques	2.636		2.636
Impostos a recuperar	5.043		5.043
Outros ativos	125.516		125.516
Depositos judiciais e cauções	59.335		59.335
Investimentos	312.800	368.018	680.818
Imobilizado	31.853		31.853
Intangível	2.041.196	8.276	2.049.472
Total dos ativos adquiridos	3.291.576	376.294	3.667.870
Fornecedores	22.928		22.928
Impostos a recolher	19.951		19.951
Salários e encargos sociais	16.343		16.343
Tributos diferidos	(65.560)		(65.560)
Contingências judiciais	306.400		306.400
Outras contas a pagar	134.380		134.380
Bônus outorga a pagar	2.024.118		2.024.118
Total dos passivos assumidos	2.458.560		2.458.560
Patrimônio líquido	833.016	376.294	1.209.310
Patrimônio adquirido (66,23%)	551.706	376.294	928.000

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$376.294, distribuída entre os principais ativos da Companhia Energética Chapecó. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Investimentos	Avaliados inicialmente pelo método FDC - Fluxo de Caixa Descontado para cada investimento, entretanto, determinadas participações estão atreladas às opções de compra com terceiros por preços pré-determinados no edital do leilão. Sendo assim, o valor justo desses investimentos foi mensurado considerando o menor entre o valor identificado no FDC e o valor da opção de compra	312.800	368.018	680.818
Ativos intangíveis	Avaliados pelo método MPEEM que mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Utilizando a análise dos resultados projetados da empresa como referencial, são calculadas os fluxos de caixa antes dos impostos atribuíveis diretamente relacionados ao ativo, a partir da data-base estipulada na avaliação	2.041.196	8.276	2.049.472
		2.353.996	376.294	2.730.290

A controlada Companhia Florestal do Brasil S.A. contratou uma empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do excesso de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC 15 (R1) / IFRS 3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados.

b.4) Aquisição do controle da CSN Cimentos Brasil S.A.

Em setembro de 2021 a Companhia iniciou as negociações para aquisição de 100% das operações da LafargeHolcim (Brasil) S.A. no Brasil – atualmente denominada CSN Cimentos Brasil S.A, que pertenciam a grupo Holcim Investments, L.C.U e Holderfin B.V. A transação foi concluída em 06 de setembro de 2022 com o pagamento pela CSN Cimentos S.A, do montante de US\$960.733 – equivalentes a R\$5.013.436.

Com a conclusão da transação a Companhia assumiu o controle das operações que possuem operações de Cimentos, concretos e Agregados, com uma capacidade produtiva de 6,8 milhões de

toneladas de clínquer e 11,0 milhões de toneladas de cimento, o que representa, aproximadamente, 12% de toda capacidade produtiva de cimento do país. Presente em grande parte do território brasileiro, as operações estão distribuídas nas regiões Sudeste (SP, RJ, MG e ES), Nordeste (BA, PE, PB e RN) e Centro-Oeste (GO).

Com aquisição da Cimentos Brasil, a Companhia visa a expansão da capacidade produtiva Cimentos, com o objetivo de alcançar uma capacidade total de 16,3 milhões de toneladas de cimento por ano, ampliando a presença no território nacional e se tornando uma das três maiores produtoras de cimentos no Brasil.

Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC15 / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	CSN Cimentos Brasil	Referência
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de US\$960.733	5.013.436	(i)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		5.013.436	

(i) Na data da sua conclusão, a transação incluiu (i) a transferência aos vendedores do valor de US\$50.000 – equivalentes a R\$261.140 depositado pela CSN Cimentos em setembro de 2021 em *escrow accounting*, e (ii) o pagamento de U\$910.733 milhões – equivalentes a R\$4.752.296. O preço final considerado na operação foi de U\$960.733 – equivalentes a R\$5.013.436.

Ágio na aquisição do controle

De acordo com o item 32 do CPC15 / IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$646.594, conforme quadro a seguir.

Item	CSN Cimentos Brasil S.A.	Referência
Preço de compra considerado	5.013.436	item (i)
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	4.622.604	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota 12)	390.832	

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC04/IAS38. A partir de 2023, a CSN Cimentos passará a realizar o teste de recuperabilidade deste ativo de acordo com os requisitos do CPC01/IAS36.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 31 de agosto de 2022, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

CSN Cimentos Brasil

	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa	496.445		496.445
Contas a receber de clientes	141.266		141.266
Estoques	272.106		272.106
Impostos a recuperar	229.940		229.940
Impostos a diferidos	982.547		982.547
Outros ativos	147.565		147.565
Imobilizado	3.185.975	402.289	3.588.264
Intangível	7.429	173.586	181.015
Total dos ativos adquiridos	5.463.273	575.875	6.039.148
Fornecedores	510.522		510.522
Passivos de arrendamento	43.978		43.978
Impostos a recolher	50.527		50.527
Salários e encargos sociais	32.324		32.324
Outras contas a pagar	139.830		139.830
Tributos parcelados	148.249		148.249
Contingências Jurídicas	491.114		491.114
Total dos passivos assumidos	1.416.544		1.416.544
Patrimônio líquido	4.046.729	575.875	4.622.604

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$575.875, distribuída entre os principais ativos da CSN Cimentos Brasil. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Ativos imobilizados	Avaliados pelo método "ABORDAGEM DE MERCADO", onde o valor justo do ativo é estimado através da comparação com ativos semelhantes ou comparáveis, que tenham sido vendidos ou listados para venda no mercado primário ou secundário.	3.185.975	402.289	3.588.264
Direitos Minerários	Avaliados pelo método MPEEM que mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Utilizando a análise dos resultados projetados da empresa como referencial, são calculadas os fluxos de caixa antes dos impostos atribuíveis diretamente relacionados ao ativo, a partir da data-base estipulada na avaliação.	2.456	135.216	137.672
Marcas	As marcas foram avaliadas pelo método <i>Royalty Relief</i> , que consiste em realizar a projeção da expectativa de royalties e mensurar a valor presente.		38.370	38.370
Softwares	Os softwares da Companhia não foram avaliados.	4.973		4.973
		3.193.404	575.875	3.769.279

A adquirente CSN Cimentos S.A. contratou empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do preço excedente de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC15 / IFRS3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados.

b.5) Aquisição do controle da Companhia Energética Chapecó

Em 07 de outubro de 2022 a CSN Mineração S.A. em conjunto com a CSN Energia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Companhia Energética Chapecó – CEC negociadas com Astra Infraestrutura I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia e a BMPI Infra S.A.

A Companhia Energética Chapecó – CEC é titular de outorga para exploração da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, localizada no Rio Chapecó entre os municípios de Ipuacú e São Domingos no estado de Santa Catarina, o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 2000 com duração de 35 anos e estendido até dezembro 2040, após as negociações de repactuação do GSF, ocorridas em outubro de 2021, a usina tem uma capacidade instalada de 120MW, aproximadamente.

Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos

transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	R\$ (Mil)	Referência
Ativos transferidos	Pagamento realizado na aquisição	358.634	(i)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		358.634	

(i) Em 07 de outubro de 2022 a transação foi concluída com o pagamento de R\$358.634 pela CSN Mineração e CSN Energia.

Ágio na aquisição do controle

De acordo com o item 32 do CPC15 (R1)/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação não gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura, pois o valor justo dos ativos foi integralmente alocado.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

Na identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a Companhia aplicou as orientações contidas no IFRS13/CPC46 - Mensuração de valor justo. No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 07 de outubro de 2022, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

(R\$ mil)	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valor justo total
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	41.693		41.693
Contas a receber de clientes	5.745		5.745
Outros ativos	246		246
Impostos e contribuições a recuperar	5.420		5.420
Impostos Diferidos	9.521		9.521
Depósitos judiciais	151		151
Imobilizado	106.695	195.026	301.721
Intangível	104.499	83.610	188.109
Total dos ativos adquiridos	273.970	278.636	552.606
Passivos			
Fornecedores	157		157
Obrigações trabalhistas	364		364
Obrigações fiscais	1.945		1.945
Concessão a pagar	12.281		12.281
Outras contas	1.567		1.567
Adiantamentos de clientes	100.012		100.012
Concessão a pagar	77.646		77.646
Total dos passivos assumidos	193.972		193.972
Patrimônio líquido adquirido	79.998	278.636	358.634

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$278.636, distribuída entre os principais ativos da Chapecó. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Ativos imobilizados	Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por benfeitorias construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 11	106.695	195.026	301.721
Ativos intangíveis	Avaliados pelo método MPEEM que mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Utilizando a análise dos resultados projetados da empresa como referencial, são calculadas os fluxos de caixa antes dos impostos atribuíveis diretamente relacionados ao ativo, a partir da data-base estipulada na avaliação e Fluxo de Caixa Incremental, onde ganho econômico gerado pelo spread entre o valor do contrato e o valor spot da energia foi base de um fluxo de caixa livre	104.499	83.610	188.109
		211.194	278.636	489.830

A controlada CSN Mineração contratou uma empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do excesso de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC 15 (R1) / IFRS 3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações. O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias.

Em razão do cálculo do EBITDA da Companhia não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização.

Conseqüentemente, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, as depreciações e amortizações e as outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Por não serem medições de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são auditados ou revisados pelos auditores independentes da Companhia, e não devem ser considerados como alternativas às demonstrações contábeis.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2022	2021	2020
Lucro Líquido /(Prejuízo) do período	2.168	13.596	4.293
Depreciação	2.793	2.115	2.421
IR e CSLL	1.959	5.000	626
Resultado financeiro líquido	3.514	1.944	796
EBITDA (ICVM 527)	10.434	22.655	8.136
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2.656	(1.242)	2.786
Resultado de equivalência patrimonial	(238)	(183)	(71)
EBITDA proporcional das controladas em conjunto	965	772	649
EBITDA Ajustado	13.817	22.002	11.500

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que as medidas de EBITDA e EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes compostos por outras receitas (despesas) operacionais líquidas com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de

encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não aplicável.

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

No artigo 30 do Estatuto Social da Companhia:

Parágrafo 2º - O lucro do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia o conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia Geral deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma reserva de capital de giro e investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios:

I. sua constituição não prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Art. 33;

II. seu saldo em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral;

III. a reserva tem por finalidade assegurar a manutenção e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital;

IV. seu saldo poderá ser utilizado (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações.”

b) regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o artigo 33 do Estatuto Social distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e observado o artigo 33 do Estatuto Social. A empresa poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos. Também, de acordo com Parágrafo Único deste artigo do estatuto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores. Parágrafo Único.

Os dividendos não são corrigidos monetariamente, e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Se apurado lucro os dividendos poderão ser distribuídos anualmente, podendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição de dividendos adicionais, intercalares ou intermediários, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, observadas as disposições legais e estatutárias.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições aplicável ao emissor.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há, a Companhia com relação à destinação de resultados segue o disposto na Lei das S.A. e em seu próprio estatuto social.

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não Aplicável.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Total
	2021	2022	2023	2024	2025	após 2025	
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração	1.351.584	1.588.658	1.621.040	1.645.983	1.658.897	1.308.279	6.232.199
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer	1.548.308	2.191.442	1.618.085	1.423.546	330.800	740.584	4.112.815
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço	73.983	84.140	54.163	8.024			62.187
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento	3.499						
Armazenamento e Movimentação de óleo	2.489	2.567	2.893	723			3.616
Serviços de mão de obra e consultoria	33.375	33.300	33.712	33.712	26.089	130.443	223.956
	3.011.218	3.880.107	3.329.893	3.111.988	2.015.586	2.177.306	10.634.773

iii) contratos de construção não terminada

Não Aplicável

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e suas controladas não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras, exceto para o item (ii).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras.

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia não espera efeitos relevantes de operações não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações.

b) natureza e o propósito da operação

Vide item “2.8” deste documento.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item “2.8” deste documento.

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
- (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e**
- (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

O conteúdo desse item faz menção a todos os itens do item a) e b).

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos:

O Orçamento de Investimento da Companhia para 2023 contempla projetos de investimentos focados na modernização dos ativos e melhoria de produtividade e performance, manutenção da capacidade operacional, cumprimento de requisitos ambientais e de segurança e projetos para a expansão da capacidade de processamento de minério de ferro. Novos investimentos serão avaliados considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional de cada projeto.

Considerando essas diretrizes, os investimentos projetados da Companhia para 2023 são da ordem de R\$ 4,4 bilhões.

Pode haver revisão dos projetos de investimentos para 2023 considerando os efeitos adversos de

uma eventual desaceleração econômica nas nossas operações. Nesse sentido, será priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

Destacamos a seguir:

Siderurgia: R\$ 1,4 bilhões, em especial para investimentos nas coquearias e sinterizações, projetos de modernização tecnológica, na manutenção da capacidade operacional, segurança operacional e meio ambiente;

Mineração (com Tecar): R\$ 2,1 bilhões, em especial investimentos correntes para manutenção da capacidade operacional e segurança na mina e no porto, , expansão das áreas de empilhamento, projetos em execução no beneficiamento de minério de ferro para melhoria de qualidade, aquisição de frota de grande e pequeno porte, e projetos de expansão da capacidade de processamento de minério de ferro em Casa de Pedra e escoamento via Tecar, em especial, planta de Itabirito P15, projetos de expansão da planta central e de recuperação de rejeitos das barragens.

Cimento: R\$ 497 milhões, projetos de manutenção nas fábricas integradas e moagens da CSN Cimentos e CSN Cimentos Brasil, projetos para ampliação da plataforma de coprocessamento, substituição de frota, na unidade de Arcos/MG e investimentos em segurança operacional e meio ambiente.

Outros investimentos: R\$ 409 milhões para investimentos correntes para manutenção das operações nas demais unidades do grupo, como FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., Terminal de Contêineres -Tecon, suas unidades de Energia (CEEE-G, PCHs Sacre e Santa Ana, UHE Quebra-Queixo) e de natureza corporativa (como TI).

Em 2022, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram cerca de R\$ 3,4 bilhão, com destaque para:

Siderurgia: R\$ 1,4 bilhão, com foco em produtividade e modernização para melhoria do desempenho: grandes reparos, reforma da bateria de coque, melhorias de automação e eficiência, sustentabilidade, manutenção e peças de reposição em todas as nossas unidades;

Mineração: R\$ 1,3 bilhão, com destaque para projetos na planta de beneficiamento de minério de ferro para aumentar a recuperação e qualidade do minério, aumentando a recuperação de ferro e reduzindo na geração de rejeitos; renovação da frota de equipamentos de mina, manutenção da segurança em nossas barragens de rejeitos; cumprimento de requisitos ambientais e de segurança, projetos de expansão como Planta de Itabirito P15 e desenvolvimento de engenharia para os projetos de recuperação de rejeitos das barragens, além de manutenção da capacidade e peças de reposição em todas as nossas instalações de mineração e portos.

Cimento: R\$ 394 milhões, em especial projeto de Coprocessamento de Arcos/MG, troca de frota de grande porte na operação de mineração em Arcos/MG, projetos de manutenção nas unidades da CSN Cimentos e CSN Cimentos Brasil (consolidação a partir de setembro/2022);

Outros investimentos: R\$ 321 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL e Tecon) e de natureza corporativa (como TI).

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia: Mineração (minério de ferro) e Tecar.

Com o objetivo de cobrir a alta e crescente demanda por minério de ferro de alta qualidade, a Companhia possui dois grandes blocos de Projetos de Expansão que planeja executar ao longo dos próximos anos, conforme abaixo:

Projetos 1ª Fase: Investimento de R\$13,8 bilhões com incremento de volume de produção de

26,9Mtpa até 2028:

Projetos de Recuperação de Rejeitos de Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra)

Planta de Recuperação de Ultrafinos

Planta de Itabirito P15 e Planta P4

Porto - Fase 60 Mtpa

Projetos 2ª Fase: a fase 2 contempla a execução dos demais projetos de itabirito (Itabirito P28 Mascate, Itabirito P28 Esmeril, Conversão da Planta Central) e a execução das Fases 84 e 130Mtpa para expansão do Porto, que apesar de continuarem contemplados no plano de expansão da Companhia, por possuírem um prazo de maturidade mais longo e por isso estarem sujeitos à mais incertezas, são objetos de estudos mais aprofundados com relação ao cronograma de implantação e investimentos associados.

Detalhe dos Projetos de Expansão:

Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra): expansões brownfield que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização.

Planta de Recuperação de Ultrafinos: recuperação de lama da planta central, que hoje vai para o rejeito, num baixo custo operacional. Estima-se que tal projeto propiciará um acréscimo de produção de 1 milhão de toneladas por ano

Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4+, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril): mix de expansões brownfield e greenfield, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de pellet feed premium com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive pellet feed de redução direta).

Projetos de Expansão do TECAR: investimentos brownfield para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR em 3 fases (embarque de 60, 84 e 130 milhões de toneladas por ano).

No entendimento da Companhia, tais números não se tratam de projeções da Companhia, mas tão somente o limite de produção de suas instalações próprias em decorrência da execução de seu Plano de Negócios anunciado e não há expectativa concreta de que o volume de produção da Companhia efetivamente atingirá 108 milhões de toneladas por ano até 2032, pela natural incerteza do negócio de minério de ferro quando observado em prazos tão longos. Para informações sobre as estimativas de produção da Companhia, vide o item 11.1 deste Formulário de Referência.

Siderurgia

O plano de investimentos para os próximos anos prioriza projetos de investimentos correntes com ganhos de eficiência, como o revamp das coqueiras, sinterizações, alto forno, aciaria, decapagem, lingotamento, além de execução de projetos de segurança operacional, modernização tecnológica na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades.

Cimento

Para os próximos anos os investimentos da Companhia devem se concentrar em projetos como o coprocessamento, garantindo maior eficiência, consumo de combustíveis alternativos e menor emissão de gases do efeito estufa, e manutenção da capacidade produtiva e a segurança operacional

das unidades de Volta Redonda/RJ, Arcos/MG, Pedro Leopoldo/MG, Alhandra/PB e CSN Cimentos Brasil.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Sociedade constituída com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. e operar a antiga Malha Nordeste. Possui concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os investimentos planejados são projetos de investimentos correntes e modernização da infraestrutura de via permanente, material rodante e gestão operacional, a fim de aumentar a competitividade da ferrovia e atrair novos volumes de carga.

Portos (Tecon)

O terminal de contêineres (Tecon), administrado pela Sepetiba Tecon S.A., companhia controlada pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port). Segundo a ABRATEC - Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público, o Tecon está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

O Tecon foi expandido com a implantação do projeto de equalização do berço 301, proporcionando um cais contínuo para operação simultânea de navios de grande porte. Com esse projeto a capacidade do terminal foi elevada para cerca de 440 mil contêineres por ano.

Os investimentos planejados estão priorizados para projetos de investimento corrente, visando modernização operacional.

Fontes de Financiamento dos Investimentos

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados e eventuais parcerias estratégicas.

c) novos produtos e serviços, indicando:

descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

projetos em desenvolvimento já divulgados; e

montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O conteúdo desse item faz menção a todos os subitens do item c).

A CSN é uma empresa moderna que investe continuamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aprimoramento de produtos e processos, visando a atender às demandas do mercado, de clientes, e de setores estratégicos como automotivo, bens de consumo, energia e construção civil.

O Centro de Pesquisas da CSN possui estrutura composta por mais de 60 colaboradores, 17 laboratórios e diversos recursos de simulação e caracterização, e destaca-se pelas iniciativas em soluções em novos produtos e serviços para o mercado.

Ampliação do portfólio de produtos galvanizados bifásico classe Dual Phase para atendimento às demandas do mercado automotivo.

Desenvolvimento de nova classe de aço galvanizado multifásico Complex Phase com limite de resistência de 1GPa para peças estruturais automotivas, aplicado em projetos de carros mais seguros e econômicos.

Desenvolvimento de aço bifásico laminado a quente para aplicação em chassis automotivos com elevada resistência à fadiga.

Ampliação do portfólio de aços microligados de alta resistência laminados a frio e revestidos para atendimento à construção civil, permitindo construções mais modernas e sustentáveis, atendendo às tendências globais da construção civil.

Desenvolvimento de aços laminados a frio extrafino com requisito de superfície brilhante.

Novas especificações homologadas de produtos de aço laminados a quente, laminados a frio e galvanizados para atender a requisitos de projetos globais das montadoras.

Otimização de liga de aço médio carbono ao boro, produto que se destaca pela ótima conformabilidade e alta temperabilidade, ampliando o portfólio de produtos para relaminação e implementos agrícolas.

Criação de família de aços laminados a quente e galvanizados customizados para atender a demanda crescente do segmento de energia fotovoltaica.

Desenvolvimento de novas cores de aço pré-pintado para atendimento a linha branca e construção civil.

Novo aço de alta conformabilidade para folhas metálicas, destinado à produção de embalagens complexas via embutimentos críticos.

Em processos, o foco é em processos mais eficientes, seja através de modelamento matemático ou introdução de tecnologias pioneiras, por exemplo, Hidrogênio verde.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Jornada de Descarbonização da CSN – separada nos segmentos de Siderurgia, Cimento e Mineração – é composta por três elementos fundamentais: metas de redução de emissão, indicadores específicos e *roadmaps* de descarbonização específicos.

Jornada de Descarbonização da Siderurgia

Na Siderurgia, a meta é de reduzir 20% das emissões de CO₂ até 2035 em uma jornada de três fases: Azul, Oliva e Verde. Na primeira, a Azul, estão previstos R\$ 5 bilhões em investimentos até 2030 – alguns dos quais já foram aportados em 2022, sobretudo para aprimorar a eficiência operacional da Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ). A Companhia investiu na recuperação da turbina de topo do Alto forno 3, para geração de energia elétrica; e reformas nas baterias de coque, o que vai aumentar a capacidade de produção de coque interno, melhorando a qualidade desse insumo usado na fabricação do aço com a finalidade aumentar a eficiência no Alto-Forno. Além disso, o avanço em investimento em inovação permitiu a antecipação de projetos previstos na fase Verde, como a injeção hidrogênio verde no alto forno da UPV por meio da tecnologia das UTIs já testadas em nossas operações de cimentos.

Jornada de Descarbonização de Cimentos

A CSN detém, no setor de Cimentos, um dos parques industriais mais eficientes do mundo na emissão

de CO₂ por tonelada de cimento. Entre as iniciativas empreendidas no decorrer do 2022, destaca-se a injeção de quantidades controladas de hidrogênio verde para melhorar a queima de combustíveis no forno de clínquer da CSN Alhandra a partir da tecnologia da UTIS, replicando o processo que teve resultados positivos observados no ano anterior na fábrica de cimentos localizada em Arcos (MG), como queima mais estável, redução do consumo térmico/elétrico, melhora da qualidade do clínquer e diminuição da emissão de CO₂

Em 2022, houve 8% de redução na intensidade das emissões em relação ao ano-base de 2020. Um dos grandes destaques do ano foi o início das operações do coprocessamento em Arcos que permitiu uma redução média de 50 kgCO₂e/t de cimento na unidade.

Jornada de Descarbonização da Mineração

Na Mineração, a meta é reduzir 30% das emissões até 2035, e se tornar carbono neutro até 2044.

Com a entrada da P15 (Planta de Itabirito), a mina de Casa de Pedra deve operar de forma mais eficientemente, com menor ROM e aumento significativo em sua produção. Há também a expectativa da entrada de novos projetos de descarbonização, o que deverá influenciar substancialmente a redução das emissões a partir de 2024.

Em 2022, a CSN Mineração deu início ao plano de eletrificação de sua frota de veículos de grande porte, ligada às operações de transporte de minério e rejeito na mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG), e dois Caminhões 100% elétricos com capacidade de 60 toneladas já estão em operação.

Em relação ao escopo 2 (emissões relacionadas ao uso de energia elétrica), a CSN Mineração é, desde 2020, alimentada em 100% por energia renovável. Ainda em 2022, o Grupo CSN adquiriu ativos de energia elétrica renovável que consolidam essa estratégia, pois conferem autossuficiência em geração de energia renovável para todo o Grupo, incluindo a CSN Mineração.

ANEXO II

Destinação do Lucro Líquido

(conforme artigo 10º, parágrafo único, inciso I, da RCVM 81/22, na forma do Anexo A da referida resolução)

Data-Base: 31.12.2022

Destinação do lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.554.059.746,09.

A Companhia reverteu, para a conta de lucros acumulados, os montantes de R\$ 788.693,11, relativos a juros sobre capital próprio prescritos e serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em reunião realizada em 23 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração, aprovou o pagamento aos acionistas, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, os juros sobre o capital próprio bruto no valor de R\$ 700.000.000,00. Os juros sobre o capital próprio serão pagos aos acionistas até 31 de maio de 2023, sem atualização monetária.

Proventos	Valor Bruto do Provento	Quantidade de ações Ordinárias	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)	Espécie da Ações
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	700.000.000,00	1.326.093.947	0,52786606981	ON

(1) O valor líquido por ação dos juros sobre capital próprio é de R\$ 0,44868615934.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Administração propõe distribuição de 95% do lucro líquido do exercício de 2022.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 21 de novembro de 2022 o Conselho de Administração, aprovou a proposta de distribuição de dividendos intermediários, à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos, sem atualização monetária, a partir de 02 de dezembro de 2022.

Proventos	Valor do Provento	Quantidade de ações Ordinárias	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)	Espécie da Ações
Dividendos	1.564.114.553,54	1.326.093.947	1,17949000300810	ON

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Valor Bruto	Proventos	Quantidade de ações Ordinárias	Valor por Ação Ordinária R\$
777.145.451,90 ⁽¹⁾	Dividendos	1.326.093.947	0,58604102195
836.854.548,10 ⁽²⁾	Dividendos	1.326.093.947	0,63106731615

(1) A título de dividendos adicionais propostos do lucro líquido de 2022 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia no valor de R\$ 777.145.451,90;

(2) Adicionalmente o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais de R\$ 836.854.548,10 correspondendo ao valor de R\$0,63106731615 por ação à conta de reserva de lucros.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

A forma e o prazo de pagamento dos dividendos serão definidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, devendo ser pago até o final do exercício social de 2023. Não há proposta de pagamento de juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;

Os dividendos serão declarados em 28 de abril de 2023, data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, caso seja aprovada a proposta da administração, a base de acionistas da Companhia, considerada em 28 de abril de 2023, passará a ter direito ao seu recebimento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

b. Informar a data dos respectivos pagamentos;

Exercício	Data da Deliberação	Data do pagamento	Provento	Valor bruto do Provento	Espécie de Ações	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)
2022	23/12/2022	31/05/2023	Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	700.000.000,00	ON	0,527866069810000

(2) O valor líquido por ação dos juros sobre capital próprio é de R\$ 0,44868615934.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro Líquido	Média ponderada da quantidade de ações	Lucro líquido por ação excluindo ações em tesouraria
2022	1.554.059.746,09	1.327.028.614	1,171082319
2021	12.258.628.180,24	1.376.362.149	8,906542648
2020	3.794.294.940,86	1.380.114.547	2,749260885

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Data da Deliberação	Data do pagamento	Provento	Valor do Provento	Espécie de Ações	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)
2022	21/11/2022	02/12/2022	Dividendo	1.564.114.553,54	ON	1,179490003008100
2021	29/04/2022	02/12/2022	Dividendo	452.235.758,72	ON	0,340797152645188
2021	29/04/2022	20/05/2022	Dividendo	452.235.758,72	ON	0,340797152645188
2021	29/12/2021	20/05/2022	Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	256.952.675,38	ON	0,191507904230000
2021	27/07/2021	27/07/2022	Dividendo	1.750.000.000,00	ON	1,268010690709720
2020	Não foram distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio nesse exercício.					

(3) O valor líquido por ação dos juros sobre capital próprio é de R\$ 0,1627817186.

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal;

No exercício social de 2022 foi destinado o montante de R\$77.702.987,30 à conta de reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação os prejuízos acumulados. Após a dedução de prejuízos acumulados serão destinados 5% (cinco por cento) que serão aplicados na constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social (artigo 193-Lei 6.404/76).

Descrição	2022
Lucro líquido do exercício	1.554.059.746,09
Destinado a reserva legal 5%	77.702.987,30

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais e os itens abaixo não são aplicáveis.

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Artigo 33 do Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, estão sendo pagos.

c. Informar o montante eventualmente retido

Em 2022 não houve montante eventualmente retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não houve retenção do dividendo obrigatório, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação para reserva de contingências, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Identificar o montante destinado a reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação para reserva de lucros a realizar, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação para reserva estatutária, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve destinação para orçamento de capital, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não houve destinação para reserva de incentivo fiscal, os itens abaixo não são aplicáveis.

- a. Informar o montante destinado à reserva
 - b. Explicar a natureza da destinação
-

ANEXO III

Informações sobre os candidatos a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária

(conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Em atenção ao disposto no Art. 11 da RCVM 81/22, seguem abaixo as informações a respeito dos candidatos indicados à eleição na Assembleia Geral Ordinária, de acordo com os itens 7.3 a 7.6 do Novo Formulário de Referência, naquilo que for aplicável.

7. Assembleia geral e administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Benjamin Steinbruch
Data de nascimento	28/06/1953
Profissão	Industrial
CPF ou número do passaporte	618.266.778-87
Cargo eletivo ocupado	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
Data da eleição	30/04/2021
Data da posse	30/04/2021
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Presidente do C.A – 28/04/1995 Diretor Presidente – 30/04/2002
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de abril de 1993, ocupando desde 28 de abril de 1995 o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ocupa ainda o cargo de Diretor Presidente da Companhia desde 30 de abril de 2002, sendo também responsável pela área institucional e participações minerárias e ferroviárias. Também é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., CSN Cimentos S.A. e Companhia Estadual de Geração de	

Energia Elétrica – CEEE-G (empresas controladas da CSN), bem como Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação CSN. Atualmente, ocupa, ainda, o cargo de Presidente do Conselho de Administração nas empresas Textília S.A., Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários, Banco Fibra S.A., Elizabeth S.A. - Indústria Têxtil e Vicunha Steel S.A, bem como é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., membro do Conselho de Administração da Vicunha Participações S.A., Diretor da Rio Purus Participações S.A. e da Rio Iaco Participações S.A., administrador da Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril Ltda. (todas essas sociedades fazem parte do grupo controlador da CSN). É presidente do Conselho de Administração do Jockey Club de São Paulo e membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa. Nos últimos 5 anos, foi 1º Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Roberto Simonsen, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, membro do CCI - Conselho Consultivo Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Presidente dos Conselhos de Administração da Nacional Minérios S.A. (incorporada pela CSN Mineração S.A. em 2015), Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., além de administrador do Haras Phillipson Ltda. (sociedade extinta em novembro de 2017). É formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - SP, com pós-graduação em Marketing e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - SP.

descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Benjamin Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Nome	Yoshiaki Nakano
Data de nascimento	30/08/1944
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	049.414.548-04
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo) e Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99
Data da eleição	30/04/2021
Data da posse	30/04/2021
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Sim
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim

Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	29/04/2004
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	
<p>Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2004, e membro do Comitê de Auditoria desde 24 de junho de 2005, ocupando a função de Presidente do Comitê de Auditoria desde 30 de outubro de 2017. Atua também como membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A., membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. (empresas controladas pela CSN). Além disso, atua como Diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 2003. Nos últimos 5 anos, atuou como professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, foi membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP/IRS e integrou o Conselho de Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP até 2015. Anteriormente, foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.</p>	
<p>descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	
<p>O Sr. Yoshiaki Nakano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>	
Nome	Fabiam Franklin
Data de nascimento	28/06/1967

Profissão	Engenheiro Metalúrgico
CPF ou número do passaporte	899.230.907-44
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração
Data da eleição	30/04/2021
Data da posse	30/04/2021
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2016

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia desde 28 de abril de 2016. Também é Presidente do Conselho Consultivo do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações desde 4 de abril de 2016 e Diretor de Metalurgia na Companhia desde maio de 2021. Anteriormente, foi Gerente Geral de Produção na Companhia, com passagens pelas unidades de Metalurgia de Redução, Metalurgia do Aço e Folhas Metálicas. Atuou, ainda, como membro do Conselho de Administração da ABM (Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração) de 2015 a 2017, e coordenou o Programa de Educação Financeira da CSN de 2008 a 2017. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), com especialização em Metalurgia de Redução pela MC Master University em Ontário, Canadá, pós-graduação (MBA) em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte/MG e mestrado em Economia pelo IBMEC/RJ

descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Fabiam Franklin declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Antonio Bernardo Vieira Maia
Data de nascimento	15/07/1959
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	510.578.677-72

Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo) e Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99
Data da eleição	30/04/2021
Data da posse	30/04/2021
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Sim
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2013
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p> <p>Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2013, e membro do Comitê de Auditoria desde 08 de agosto de 2013, tendo ocupado a função de Presidente do Comitê de Auditoria de 06 de maio de 2014 até 30 de outubro de 2017. Também integrou o Comitê Financeiro da Companhia de 07 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2016. É Diretor Presidente da BRG Capital Ltda. desde julho de 2005. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração das empresas Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e CSN Mineração S.A. (controladas pela CSN) e Diretor do Credit Suisse / Banco Garantia de Investimentos S.A. de abril de 1995 a maio de 2005. Iniciou a carreira no Citibank Brasil como trainee em 1982 e mudou-se para o Citibank de Nova York em 1986, onde atuou como Analista de Investimentos Institucionais do Citigroup para a América Latina, até tornar-se Diretor do Citibank de Nova York. Foi associado do Banco Bozano Simonsen de Investimentos no período de agosto de 1979 a dezembro de 1981 e membro do Conselho do Banque Bénédict Hentsch & Cie SA, Geneva, Switzerland de abril a dezembro de 2006. Formado em Negócios e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.</p>	

descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Antonio Bernardo Vieira Maia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Miguel Ethel Sobrinho
Data de nascimento	23/09/1946
Profissão	Engenheiro de Produção
CPF ou número do passaporte	332.816.028-00
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
Data da eleição	30/04/2021
Data da posse	30/04/2021
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Sim
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2013

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 26 de abril de 2019, e membro do Comitê de Auditoria desde 03 de maio de 2019. Também atua como membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. e da CSN Mineração S.A. (empresas controladas pela CSN). É Diretor e acionista da Participa - Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., atuando como empresário e desenvolvedor de atividades que visam participações em shopping centers, projetos de energia hídrica e a gás e em redes de fast food. É formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mestre em Administração (MBA) pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, foi Professor de Análise de Investimentos e Projetos na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Curador e fundador da Fundação Instituto de Administração da

Universidade de São Paulo. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Miguel Ethel Sobrinho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Valmir Pedro Rossi
Data de nascimento	10/06/1961
Profissão	Bancário
CPF ou número do passaporte	276.266.790-91
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração
Data da eleição	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Data da posse	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Prazo do mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Valmir Pedro Rossi é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (RS), com pós-graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul (RS) e em Marketing pela PUC Rio de Janeiro (RJ), e MBAs em Administração pela Universidade de São Paulo (SP) e em Gestão de Negócios pela UNB-Brasília (DF). É Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, atuou como Contador nas empresas Casfor Org. Contábeis e Bertol S.A., como consultor no Sebrae RS, e trabalhou por 30 anos no Banco do Brasil S.A., ocupando diversos cargos, com destaque para Superintendente Estadual do Pará, Superintendente Estadual do RS, Superintendente de Varejo SP, Superintendente Corporate e Regional para a América Latina. Atuou também como Presidente do Banco Amazônia, banco público federal, de capital aberto, com sede em Belém (PA) e como membro do Comitê de Auditoria e Integridade na empresa BRF S.A. Atuou como conselheiro de Administração ou Fiscal nas seguintes empresas: Metalúrgica Gerdau S.A., Brasilprev S.A., BBSeguridade S.A., Fucapi S.A., Banco da Amazônia S.A., Kepler Weber S.A. além de diversas entidades e associações. Atualmente é Conselheiro Fiscal Titular nas empresas FRAS-LE S.A, Companhia Siderúrgica Nacional, e CADAM S.A-Kamin LLC, Conselheiro Fiscal Suplente no Banco Santander S.A. (Brasil), Membro do Comitê de Auditoria do Grupo SIMPAR S.A, Conselheiro Fiscal no Instituto Mulheres em Operações e Membro da Comissão de Ética na Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Valmir Pedro Rossi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Vanessa Rahal Canado
Data de nascimento	03/04/1981
Profissão	Advogada
CPF ou número do passaporte	291.331.698-02
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração
Data da eleição	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Data da posse	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Prazo do mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Vanessa Rahal Canado é consultora tributária da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, é coordenadora do Núcleo de Tributação e dos Cursos de Pós-Graduação e Educação Executiva em Direito do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa, é membro do Comitê de Auditoria do Banco Fibra, além de já ter atuado como Assessora Especial do Ministro da Economia entre 2019 e 2021, também foi membro do Conselho Fiscal do fundo de investimento *Endowment*. Entre 2013 e 2019 atuou como coordenadora do Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade na Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Entre 2008 e 2020 foi professora da FGV, tanto na graduação, quanto na pós-graduação e mestrado profissional. Foi diretora e pesquisadora do Centro de Cidadania Fiscal entre 2017 e 2019. Ainda, atuou por 17 anos como Pesquisadora da FGV e foi sócia e advogada de renomados escritórios de advocacia.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Vanessa Rahal Canado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Paulo Roberto Evangelista de Lima
Data de nascimento	26/02/1957
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	117.512.661-68
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Independente
Data da eleição	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Data da posse	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Prazo do mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Paulo Roberto Evangelista de Lima, Administrador, M.B.A – Formação para Altos Executivos no Banco do Brasil – Fundação Dom Cabral; Pós-Graduação Lato Sensu – Administração Financeira – IBMEC; Especialização em Gestão de Negócios – Fundação Dom Cabral; Curso de Governança Corporativa – USP. BANCO DO BRASIL S.A.(CARGOS DE GESTÃO):Coordenador de Equipe na Superintendência Estadual de Goiás - Responsável pela geração de negócios nas agências da região metropolitana de Goiânia, com a implementação de equipes de vendas para atuar agressivamente no mercado de 06/05/1991 A 06/04/1994 – Superintendente Estadual Adjunto da Superintendência do BB em Goiás – Responsável pela geração de negócios de todas as agências do BB em Goiás de 07/04/1994 A 28/02/1995; Superintendência Regional do BB em Goiânia-GO, Sorocaba-SP e na Capital de São Paulo – SP. Responsável pela coordenação de várias agências e núcleos responsáveis pela recuperação de créditos --de 01/03/1995 A 12/07/1999; Gerente Executivo da Diretoria de Controladoria - Responsável pela área de apuração de resultados de produtos, negócios e unidades - de 13/07/1999 A 25/06/2000; Gerente Executivo da Diretoria de Controles Internos do BB – de 26/06/2000 a 15/05/2007 – Responsável pela otimização de controles internos nas agências e unidades da Direção Geral, coordenação de 16 Núcleos Regionais de apuração da conformidade, localizados em diversas capitais, coordenação de relacionamentos com o Banco Central do Brasil por ocasião das inspeções, etc. Diretor Interino – Diretoria de Controles Internos do Banco do Brasil S.A. – 04/10/2005 A 31/12/2005 – Responsável pela administração de controles internos/compliance no Conglomerado Banco do Brasil. Diretor de Controles Internos do Banco do Brasil S.A. -- de 16.05.2007 até 07.07.2010; Diretor de Gestão de Riscos do Banco do Brasil S.A. – de 08.07.2010 a 29.01.2012– Responsável pela gestão e integração dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional do Conglomerado; Membro do Comitê Supervisor do Banco do Brasil no Japão - de Maio/2008 até Julho/2010; Conselheiro de Administração da Banco do Brasil Securities – Nova Iorque e Londres – de Agosto/2010 até Janeiro/2012; Membro do Comitê de Tecnologia do Banco do Brasil – de Agosto 2007 a Janeiro de 2012. Coordenador do Comitê de Riscos do Banco do Brasil - Julho 2010 a Janeiro de 2012. BANCO DE BRASÍLIA S.A. (CARGOS DE GESTÃO): Presidente do Banco de Brasília S.A. – de Janeiro/2013 a Outubro/2014. Membro do Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A. de janeiro/2013 a Outubro/2014. Presidente do Conselho de Administração da Cartão BRB S.A. no período de janeiro/2013 a Outubro/2014. Coordenador do Comitê de Tecnologia do Banco de Brasília S.A. – de Janeiro 2013 a Outubro de 2014. GOVERNANÇA – CORPORATIVA Conselheiro Fiscal da Rio Grande Energia em Porto Alegre – RS – Período de maio/2000 a abril/2001; Conselheiro Fiscal da CPFL Distribuição e CPFL Geração – Período de abril/2002 a abril/2004; Conselheiro de Administração da Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. de maio de 2008 a abril 2012, onde respondeu também pela coordenação do Comitê Jurídico e de Auditoria; Conselheiro Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – Período de julho/2002 a maio/2004; Conselheiro Fiscal da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - de fevereiro/2010 a Maio/2012; Conselheiro de Administração da Cadan – RJ – Período de abril/2002 a abril/2003; Conselheiro Fiscal da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.- Período de abril/2004 a abril/2006; Conselheiro Fiscal da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. de setembro 2016 a julho/2019. Conselheiro Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas de novembro 2016 até abril de 2018; Membro da Comissão de Risco Operacional da CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos – representando o Banco do Brasil S.A. - de Janeiro 2004 a Julho de 2007. Membro do Comitê de Supervisão do Fundo Garantidor de Crédito – FGC – de setembro/2007 até Janeiro/2012; Membro da Comissão de Riscos da Federação Brasileira de Bancos – Febraban – desde julho/2010 até Janeiro/2012; Membro Titular da Comissão de Compliance da FEBRABAN – Dezembro/2007 a Janeiro/2012; Conselheiro Fiscal Certificado pelo Instituto de Governança Corporativa – IBGC - Outubro 2016; Sócio Participante para realização de serviços de consultoria e assessoria na condução de processo de aquisição de parte ou da totalidade do capital de Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em conjunto com JL RODRIGUES, CARLOS ÁTILA & CONSULTORES ASSOCIADOS S/S – de março de 2015 até Dezembro 2015. Membro do Conselho

de Administração do Banco do Brasil S.A. – BB desde Abril/2019 até a presente data. Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital – CORIS, do Banco do Brasil S.A., deste setembro/2019 até a presente data e Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade – COPREM, do Banco do Brasil, desde maio/2019 até a presente data. Membro Nato do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil - FBB, desde setembro 2021 até a presente data.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Roberto Evangelista de Lima declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Andriei José Beber
Data de nascimento	18/11/1973
Profissão	Conselheiro
CPF ou número do passaporte	014.789.149-39
Cargo eletivo ocupado	Conselho Fiscal Independente Suplente
Data da eleição	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Data da posse	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Prazo do mandato	Sujeito a deliberação em Assembleia.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Andriei José Beber, Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC, com experiência na área de finanças, controladoria, auditoria, estratégia, remuneração e sustentabilidade; Professor do Programa de formação executiva FGV Management, atuando na área de Finanças e Métodos Quantitativos; Pesquisador e Consultor na área de governança corporativa, gestão e manutenção de infraestrutura, análise de projetos de investimentos e finanças corporativas. Doutor em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Conselheiro de Administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina/CELESC SA (2010-2015), onde coordenou o Comitê Estratégico e Desenvolvimento Executivo

com envolvimento direto na elaboração de contratos de gestão e desempenho; Conduziu o processo de revisão do regimento do Conselho de Administração e seus respectivos comitês; Entusiasta de ESG, implantou o Comitê de Sustentabilidade, coordenando-o durante seu período na CELESC. Foi Conselheiro de Administração Suplente da ELETROPAULO (2017-2018), onde integrou o Comitê de Remuneração e Pessoas, envolvido diretamente no realinhamento das políticas de gestão de pessoas em face da migração para o Novo Mercado. Conselheiro de Administração da Tecnisa (2017-atual) onde coordena o Comitê de Auditoria; Conselheiro de Administração da Companhia Paranaense de Energia/COPEL (2021-atual) e Presidente do Comitê de Desenvolvimento Sustentável. Premiado como melhor professor de Finanças e Métodos Quantitativos do Brasil em 2009, 2010, 2013 e 2014. É coautor dos livros *Compliance Estratégico* vol. 1 e 2. Possui mais de 100 trabalhos publicados no Brasil e exterior.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Andriei José Beber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor.

Não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A	08.902.291/0001-15	Filha (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Cimentos S.A.	38.282.487/0001-15	Filha (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CBSI - Companhia Brasileira De Serviços De Infraestrutura	13.623.957/0001-36	Filha (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CBSI - Companhia Brasileira De Serviços De Infraestrutura.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)

O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

Pessoa relacionada

Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Caixa Beneficente Dos Empregados Da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS	32.500.613/0001-84	Filha (1º grau por consangüinidade)
---------------------	----------------	--	--------------------	-------------------------------------

A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente Dos Empregados Da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo

Administrador do emissor ou controlada

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)
---------------------	----------------	---------------------------------	--------------------	-----------------------------------

O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

Pessoa relacionada

Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Fundação CSN Para o Desenvolvimento Social e a Construção Da Cidadania	19.690.999/0001-76	Filha (1º grau por consangüinidade)
---------------------	----------------	--	--------------------	-------------------------------------

A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho Deliberativo da Fundação CSN Para O Desenvolvimento Social E A Construção Da Cidadania.

c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo

Administrador do emissor ou controlada

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---------------------	----------------	--------------------	--------------------	---

O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

Pessoa relacionada

Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Elisabeth Steinbruch é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Elisabeth Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços.				

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional.	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Mineração S.A	08.902.291/0001-15	Filha (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A				

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não se aplica.

b. controlador direto ou indireto do emissor.

Não se aplica.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é fornecedora e controlada da Companhia.			

ANEXO IV

Informações sobre a Remuneração dos Administradores

(conforme item 8 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Data-Base: 31.12.2022

8 – Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalizada. Contudo, a prática de remuneração da Companhia tem por objetivo (i) alinhar os interesses dos administradores e colaboradores e os interesses da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar administradores e colaboradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iv) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, tempo de dedicação e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores e colaboradores.

A Companhia adota as práticas abaixo mencionadas:

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade entre a remuneração oferecida e a responsabilidade exercida/tempo de dedicação do cargo. O Conselho de Administração estabelece diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Conselho Fiscal

A Companhia segue o quanto disposto na legislação aplicável e a remuneração é fixada pela assembleia-geral que elege o Conselho Fiscal, não sendo, de toda forma, inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua

responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando as atribuições do Comitê de Auditoria.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos casos em que a remuneração da Administração é fixada em valor global pela Assembleia Geral, o Presidente do Conselho de Administração é o responsável pela alocação da remuneração entre os seus membros e os membros da Diretoria, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São elaborados estudos de prática de mercado por consultorias especializadas em remuneração e é levado para tomada de decisão do Presidente do Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

Entre dois e três anos é realizado um estudo de prática de mercado e submetido à apreciação do Presidente do Conselho de Administração, que irá avaliar a adequação da prática de remuneração e eventuais ajustes.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Comitê de Auditoria, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

Conselho Fiscal

No caso do Conselho Fiscal a remuneração mensal de cada membro em exercício segue a determinação legal, especificamente o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária da CSN, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (bônus baseado em metas e outros bônus*) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

* Outros Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada sob a forma variável, em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos. Esta remuneração variável adicional está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e as metas atribuídas ao Diretor Estatutário.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e *Check Up* Anual. O Diretor Presidente tem direito a helicóptero e a 2 veículos blindados.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. A remuneração variável oferece oportunidade de ganho além do salário nominal em decorrência dos resultados da empresa e da área específica do executivo, bem como em decorrência de seu desempenho individual ou estratégia de atração e retenção. O componente variável é pago anualmente na forma de participação nos resultados, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição, *Check Up* Anual e Bonificação de férias voluntárias.

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

(ii) seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

As práticas de remuneração dos Diretores Estatutário e do Conselho de Administração da Companhia são compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, tempo de dedicação e competitividade ao mercado de trabalho referencial, atendendo as estratégias da Companhia.

(iii) a proporção de cada elemento na remuneração total;

No caso do Conselho de Administração, Fiscal e do Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, a remuneração global fixa em geral representará 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 45% de remuneração fixa e 55% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

(iv) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores da Companhia são compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, tempo de dedicação e competitividade ao mercado de trabalho referencial, atendendo as estratégias da Companhia. Hoje o tema ESG se solidifica na empresa, desta forma existe internamente a possibilidade de análise de um estudo para desenvolvimento de indicadores ao tema vinculado a remuneração.

(v) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração e Fiscal:

A remuneração fixa do Conselho de Administração e Fiscal é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de parcela variável mencionada acima.

A remuneração variável é paga no ano calendário em mês específico definido, de forma diferenciada, em contrato de cada Diretor Estatutário, havendo maior concentração no mês de abril de cada ano após apuração das metas.

A remuneração global (honorários + variável) definida no início do mandato tem validade de 2 anos, podendo ser renegociada na renovação do contrato, se for de interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária é paga anualmente em treze parcelas mensais. Também são pagos um adicional de 33,33% do salário nominal referente a bonificação de férias legais, e mais 36,67% do salário nominal a título de bonificação de férias voluntárias.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de Mercado Executivo

ou por meio da inflação acumulada dos últimos 12 meses. O reajuste é aplicado anualmente. A remuneração variável é paga, em regra, no mês de abril de cada ano, após apuração das metas, podendo o executivo perceber até 12 salários nominais.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(vi) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

CONSELHO FISCAL: remuneração fixa com base no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, conforme disposição legal.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(vii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há, todos os membros são remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	9	3	23
Nº de membros remunerados	11	9	3	23
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	2.376.000,00	18.551.495,16	1.327.092,61	22.902.587,77
Benefícios direto e indireto	0	2.289.936,30	0	2.289.936,30
Participações em comitês	1.188.000,00	0	0	900.000,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0	65.730.333,47	0	65.730.333,47
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0,00	0	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0	621.127,20	0	621.127,20
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>¹O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50</p>			

Total da remuneração	Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros		Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros	
	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros		Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros	
	Obs: Valores não incluem encargos		Obs: Valores não incluem encargos	
	3.564.000,00	87.192.892,13	1.327.092,61	92.443.984,74

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	3	15
Nº de membros remunerados	5	7	3	15
Remuneração fixa anual	0,00			0,00
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	13.519.466,00	642.960,00	15.242.426,00
Benefícios direto e indireto	0	134.568,00	0	134.568,00
Participações em comitês	480.000,00	0	0	480.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	27.523.591,12	0	27.523.591,12
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	266.955,48	0	266.955,48
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0,00	0	0,00
Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Obs: Valores não incluem encargos</p> <p>1O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Obs: Valores não incluem encargos</p>			
Total da remuneração	1.560.000,00	41.444.580,60	642.960,00	43.647.540,60

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Nº total de membros	5,00	6,17	3,00	14,17
Nº de membros remunerados	5,00	6,17	3,00	14,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	12.197.356,00	642.961,00	13.920.317,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.053.111,00	0,00	2.053.111,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	30.414.020,00	0,00	30.414.020,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	192.203,00	0,00	192.203,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 74/12 meses = 6,17 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 74/12 meses = 6,17 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2020:</p>	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00</p>	

	membros Obs: Valores não incluem encargos	36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 74/12 meses = 6,17 membros Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	
Total da remuneração	1.440.000,00	44.856.689,00	642.961,00	46.939.650,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	11.232.380,00	643.556,00	12.955.936,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.405.381,00	0,00	1.405.381,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.603.744,00	0,00	19.603.744,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	111.348,00	0,00	111.348,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	<p>O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /N° 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Obs: Valores não incluem encargos</p>	<p>1O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /N° 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Obs: Valores não incluem encargos</p>	<p>1O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".</p> <p>Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CV M/SEP/N° 03/2019.</p> <p>Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros</p> <p>Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros</p> <p>Obs: Valores não incluem encargos</p>	
Total da remuneração	144.000,00	32.352.853,00	643.556,00	34.436.409,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00

Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 45.375.606	N/A	R\$ 45.375.606
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 42.606.081	N/A	R\$ 42.606.081
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 19.603.744	N/A	R\$ 19.603.744
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 79.915.176	N/A	R\$ 79.915.176
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 70.688.237	N/A	R\$ 70.688.237
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 30.414.020	N/A	R\$ 30.414.020
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	7,00	N/A	7,00

Nº de membros remunerados	N/A	7,00	N/A	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 83.678.621	N/A	R\$ 83.678.621
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 69.732.184	N/A	R\$ 69.732.184
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 52.996.460	N/A	R\$ 52.996.460
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração Variável Prevista - Exercício social 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	9,00	N/A	9,00
Nº de membros remunerados	N/A	9,00	N/A	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 154.251.538	N/A	R\$ 154.251.538
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 128.542.948	N/A	R\$ 128.542.948
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções,

indicando, no mínimo:

Não há.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

COMPANHIA		31/12/2022			
		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Tipo				
Companhia Siderúrgica Nacional	Ações Ordinárias	101.502	0	900	102.402

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria Executiva que também integram o Conselho de Administração

**Além das ações indicadas no quadro acima, membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também detêm 24.303.570 cotas do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações, o qual detém ações da Companhia.

CONTROLADORAS		31/12/2022			
		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Tipo				
Rio Purus Participações S.A.	Ações Ordinárias	1.000*	0	0	1.000

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria que também integram o Conselho de Administração

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Sr. Benjamin possuía direito a aproximadamente 1/3 (um terço) do inventário do Espólio de Dorothea Steinbruch, o que, nesta data, lhe outorgaria direito sobre (i) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Purus Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothea Steinbruch; e (ii) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Iaco Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothea Steinbruch.

CONTROLADAS		31/12/2022			
		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Tipo				
CSN Mineração S.A.	Ações Ordinárias	0	0	8.269	8.269

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia patrocina aos Diretores Estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 6% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros (1)	3	5
Nº de membros remunerados	1	5
Nome do plano (2)	Plano Misto de Benefício Suplementar	Plano Misto de Benefício Suplementar e Plano de Benefícios CBSPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	4
Condições para se aposentar antecipadamente(3)	(3)	(3)
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.189.959,96	R\$ 3.498.806,32
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 100.410,73	R\$ 267.055,68
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefício na CBS	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefício na CBS

- 1) Diretores Estatutários participantes do plano, em 31/12/2022
- 2) O Plano Misto de Benefício Suplementar está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, enquanto o Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).
- 3) Aposentadoria Antecipada: O benefício de aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível na Intranet da empresa, bem como aprovado pela PREVIC e publicado no DOU – Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	6,71	6,17	5	5	5	5	3	3	3

Nº de membros remunerados	6,71	6,17	5	5	5	5	3	3	3
Valor da maior remuneração(Reais)	5.680.688,00	5.325.645,00	5.325.645,00	216.000,00	216.000,00	216.000,00	223.907,00	214.320,00	214.320,00
Valor da menor remuneração(Reais)	627.699,00	588.468,00	588.468,00	17.860,00	216.000,00	216.000,00	223.907,00	214.320,00	214.320,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.931.352,00	1.742.479,00	2.246.476,00	182.977,00	216.000,00	216.000,00	223.907,00	214.320,00	160.889,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	15,00%	59,68%	N/A
	2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	15,00%	48,70%	N/A
	2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	13,85%	56,22%	N/A

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de

consultoria ou assessoria prestados

Não há.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 11.976	N/A	N/A	R\$ 11.976
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

* Remuneração recebida pelo cargo de Vice – Presidente do Conselho de Administração em uma controlada da Companhia

Exercício social 2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 635.600,00	R\$ 12.588,00	R\$ 166.500,00	R\$ 814.688,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

* Remuneração recebida pelos cargos de Vice – Presidente do Conselho de Administração em uma controlada da Companhia, Membro do Conselho de Administração da controlada e Membro do Comitê de Auditoria da controlada.

Exercício social 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Remuneração em função do exercício do cargo no emissor.

Exercício social 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	-	-	-
Controladas do emissor	R\$ 612.000,00	-	R\$ 199.590,48
Sociedades sob controle comum	-	-	-

Demais remunerações em funções exercidas, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

Exercício social 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

Exercício social 2023 Previsto – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Remuneração em função do exercício do cargo no emissor.

Exercício social 2023 - Projeção	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	-	-	-
Controladas do emissor	R\$ 653.065,20	-	R\$ 275.698,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-

Demais remunerações em funções exercidas, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

Exercício social 2023 - Projeção	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores diretos e indiretos	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ANEXO V

Alterações ao Estatuto Social da Companhia

(relatório sobre alterações propostas no Estatuto Social, e cópia de tal documento, contendo as alterações propostas, conforme artigo 12 da RCVM 81/22)

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativa
<p>Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.240.000.000,00 (dez bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais), dividido em 1.387.524.047 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil e quarenta e sete) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal</p>	<p>Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.240.000.000,00 (dez bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais), dividido em 1.326.093.947 (um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões, noventa e três mil e novecentos e quarenta e sete) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal.</p>	<p>Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.240.000.000,00 (dez bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais), dividido em 1.326.093.947 (um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões, noventa e três mil e novecentos e quarenta e sete) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal</p>	<p>Trata-se de proposta da Administração para a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>A presente proposta se justifica em razão da necessidade de atualizar a quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia, sem alteração do capital social, devido ao cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18/05/2022.</p>

ANEXO VI

Estatuto Social Consolidado

(conforme artigo 12 da RCVN 81/22)

ESTATUTO SOCIAL DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CNPJ/ME 33.042.730/0001-04
NIRE 35.300.396.090

Capítulo I DA DENOMINAÇÃO, OBJETIVO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Companhia Siderúrgica Nacional, sociedade por ações de capital aberto, fundada em 9 de abril de 1941, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a fabricação, transformação, comercialização, inclusive a importação e a exportação de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Companhia, tais como: indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, fabricação e montagem de estruturas metálicas, construção, transporte, navegação, atividades portuárias, bem como geração, gestão e comercialização de energia em diferentes formas e modalidades; e, ainda, a participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária.

Art. 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria Executiva, instalar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou estabelecimentos de qualquer outro tipo, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Capítulo II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.240.000.000,00 (dez bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais), dividido em 1.326.093.947 (um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões, noventa e três mil e novecentos e quarenta e sete) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal.

Art. 6º - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 7º - O capital social da Companhia poderá ser elevado a até 2.400.000.000 (dois bilhões e

quatrocentos milhões) ações, por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º - O capital social autorizado poderá ser alcançado mediante uma ou mais emissões de ações, a critério do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência para os antigos acionistas ou ser reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e de debêntures conversíveis em ações ou de bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Parágrafo 4º - Compete ao Conselho de Administração estabelecer o preço, prazo e as condições de cada emissão.

Parágrafo 5º - O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º (primeiro) dia do não cumprimento da obrigação, acrescido de correção monetária na forma admitida em lei e multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor não integralizado em atraso.

Capítulo III DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Companhia, tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, e será convocada, com a indicação da ordem do dia, na forma da Lei.

Art. 9º - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração e instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Antes de se instalar a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade, residência e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo 2º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia. Os acionistas que comparecerem à Assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, mas não poderão votar em qualquer deliberação social, não sendo, ainda, suas ações computadas na determinação do quórum de instalação ou do total de votos atribuídos a cada acionista.

Parágrafo 3º - Somente poderão comparecer e votar nas Assembleias Gerais os acionistas que comprovarem sua qualidade de acionistas, apresentando o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais e documentos de identificação do acionista ou, conforme o caso, do procurador, juntamente com o instrumento de mandato. No caso de acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, deverão ser apresentados, ainda, os documentos comprobatórios dos poderes e documento de identificação dos respectivos representantes presentes à Assembleia.

Art. 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social a fim de deliberar sobre as matérias previstas no art. 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

Art. 11 - Os acionistas que se fizerem representar nas Assembleias Gerais por procurador deverão depositar o instrumento de procuração na sede social da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Das normas comuns

Art. 12 - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Art. 13 - A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, observado o disposto neste artigo.

Parágrafo 1º - A remuneração dos administradores será fixada global ou individualmente, a critério da Assembleia Geral, e compreenderá uma parte fixa mensal, que são os honorários, e para os diretores poderá compreender, também, uma parte variável, a ser paga anualmente, calculada sobre o lucro líquido da Companhia, apurado após a constituição das reservas exigidas por lei, inclusive para pagamento do Imposto de Renda, e da provisão para pagamento dos dividendos obrigatórios.

Parágrafo 2º - Na hipótese de a Assembleia Geral fixar um montante global para remuneração dos administradores, caberá ao Conselho de Administração proceder à sua distribuição.

Seção II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 14 - O Conselho de Administração é composto por até 11 (onze) membros, eleitos e

destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de dois anos, permitida a reeleição, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 1º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos pelos seus pares, por maioria de votos, na primeira reunião que se realizar após a posse.

Parágrafo 2º - Na hipótese de os empregados da Companhia, reunidos ou não em clube de investimento ou condomínios, não deterem participação acionária suficiente para lhes assegurar participação no Conselho de Administração, uma das vagas desse órgão lhes será reservada, elegendo-se para preenchê-la aquele que for para tal fim escolhido, em procedimento próprio, pelos empregados e nessa condição indicado à assembleia geral.

Parágrafo 3º - Os Diretores Executivos da Companhia, quando convocados a participar das reuniões do Conselho de Administração, terão direito a voz.

Art. 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente pelo menos uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente mediante convocação efetuada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente no exercício da presidência, ou, ainda, pela maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros e serão presididas pelo seu Presidente.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que se manifestarem por qualquer desses meios.

Parágrafo 3º - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, as quais, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes. No caso de empate, aquele que preside a reunião terá, além do voto pessoal, o de desempate.

Parágrafo 5º - As convocações para as reuniões serão feitas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo nas hipóteses de manifesta urgência. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração terá um Secretário Geral, em cuja ausência será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

Art. 16 - Nos casos de vacância, impedimento temporário ou ausência de membro do Conselho de Administração, serão observadas as seguintes regras:

- I. No caso de vacância de qualquer membro do Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes deverão, caso o número de Conselheiros remanescentes seja inferior ao mínimo previsto em lei, nomear substituto que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia e que, se confirmado pela respectiva Assembleia Geral, completará o mandato do substituído.
- II. No caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer membro do Conselho de Administração, o Conselheiro ausente ou impedido poderá indicar, dentre os demais Conselheiros, aquele que o representará, sendo que a substituição ocorrerá enquanto durar o impedimento, que, se for superior a noventa dias, caracterizará a vacância do cargo.
- III. Se a vacância ocorrer no cargo de Presidente, ele será substituído pelo seu Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro escolhido pelos Conselheiros remanescentes. No caso de impedimento temporário ou ausência do Presidente, ele será substituído pelo seu Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro por ele indicado.
- IV. Nas hipóteses de impedimento temporário ou ausência previstos neste Art. 16, o representante agirá por si e pelo Conselheiro representado.

Art. 17 - Os Conselheiros, mediante solicitação, receberão cópias das atas das reuniões da Diretoria Executiva e dos comitês especiais eventualmente criados pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto Social.

Art. 18 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês especiais, com objetivos definidos e prazos de atividade limitados, integrados por pessoas por ele designadas.

Parágrafo Único - Os comitês especiais criados pelo Conselho de Administração não terão função executiva nem deliberativa e suas recomendações, propostas e/ou pareceres deverão ser encaminhados para apreciação do Conselho de Administração.

Art. 19 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas em lei:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- II. aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução e o seu desempenho;
- III. convocar a assembleia geral;

- IV. eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva fixando-lhes as atribuições;
- V. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e, em caso de vacância, eleger substituto para concluir o período de gestão do substituído;
- VI. atribuir a um Diretor Executivo a função de diretor de relações com investidores, que poderá ou não ser exercida cumulativamente a outras atribuições executivas, cujas atribuições são fixadas em lei;
- VII. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, após ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria;
- VIII. nomear e destituir o responsável pela auditoria interna, que deverá ser empregado da Companhia, legalmente habilitado, e que ficará vinculado à presidência do Conselho de Administração;
- IX. deliberar sobre aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, observado o disposto no Art. 7º do presente Estatuto Social;
- X. autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento;
- XI. fixar os termos e demais condições de colocação de debêntures, inclusive conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, bem como deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do art. 59 da Lei nº 6.404/76, e sobre a oportunidade da emissão;
- XII. deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de “commercial papers”, “bonds”, “notes” e demais títulos e valores mobiliários destinados à captação de recursos mediante a distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais doméstico ou internacional;
- XIII. delegar e fixar alçadas da Diretoria Executiva para a prática dos seguintes atos, independentemente de autorização do Conselho de Administração:
 - a) aquisição ou alienação de qualquer bem da Companhia;
 - b) realização de qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, por operação isolada ou em conjunto de operações, observadas as matérias cuja competência foi atribuída à Diretoria Executiva nos termos do Art. 21 do presente Estatuto Social;
 - c) constituição de qualquer espécie de garantia ou a oneração de qualquer bem da Companhia, inclusive em benefício ou em favor de terceiros, desde que tais terceiros sejam pessoas jurídicas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
 - d) representação da Companhia nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios e/ou equivalentes das sociedades, consórcios e outras entidades nas quais

a Companhia detenha participação, bem como a respeito das matérias submetidas a tais assembleias e reuniões;

- XIV. deliberar a respeito de operação ou ato que implique em transferência de recursos da Companhia para terceiros a título gratuito, inclusive associações de empregados, entidades assistenciais recreativas, fundos de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público;
- XV. deliberar a respeito de atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção de sociedades nas quais a Companhia possua participação societária, direta ou indiretamente, bem como a respeito da constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou por qualquer de suas empresas controladas;
- XVI. deliberar sobre a participação da Companhia (i) em outras sociedades ou empreendimentos, como sócia ou acionista, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação; (ii) em acordos de associação, acordos de acionistas ou acordos de sócios; e (iii) em aumentos de capital nas sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- XVII. nomear e destituir o secretário geral do Conselho de Administração e definir-lhes as funções;
- XVIII. estabelecer políticas para utilização de incentivos fiscais;
- XIX. fixar a remuneração, determinar as atribuições e aprovar as regras operacionais para o funcionamento do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês que venham a ser criados para seu assessoramento;
- XX. resolver os casos omissos e exercer outras atribuições legais que não conflitem com aquelas definidas por este Estatuto Social ou pela lei;
- XXI. deliberar sobre quaisquer das matérias listadas no item XIII do Art. 19 deste Estatuto Social, ressalvada a possibilidade de o Conselho delegar e fixar alçada para a Diretoria Executiva nos termos do referido item.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá, com relação ao item XIII deste Art. 19, delegar e fixar alçadas para que referidos atos possam ser praticados por dois Diretores Executivos, sempre em conjunto, independentemente de aprovação em Reunião da Diretoria Executiva e/ou do Conselho de Administração.

Seção III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 20 - A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta de 2 (dois) a 9 (nove) Diretores Executivos, a critério do Conselho de Administração, sendo um deles Diretor-Presidente e os

demais Diretores Executivos, cada um com área de atuação determinada pelo Conselho de Administração, sendo que a um deles será atribuída a função de diretor de relações com investidores.

Parágrafo 1º - O prazo de gestão dos Diretores Executivos é de 2 (dois) anos, permitida a sua reeleição e se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 2º - Nos casos de impedimento ou vacância de cargo de Diretor, os membros da Diretoria serão substituídos em conformidade com o que dispuser o Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os Diretores Executivos exercerão seus cargos em regime de tempo integral.

Art. 21 - A Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto social da Companhia, observadas as limitações de alçada estabelecidas pelo Conselho de Administração (Artigo 19, inciso XIII) e as demais disposições previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Além das atribuições previstas neste Estatuto Social, compete à Diretoria Executiva deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. designar Diretor Executivo ou procurador com poderes específicos para representar singularmente a Companhia em atos determinados, ressalvado o disposto no art. 25, II;
- II. autorizar a abertura, transferência ou encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou estabelecimentos de qualquer outro tipo da Companhia, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e
- III. aprovar os nomes a serem indicados pela Companhia para integrar as diretorias e os conselhos de administração, consultivo, fiscal e deliberativo de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, ou a ela coligadas, assim como de associações, fundações e outros tipos de agrupamentos sociais de que a Companhia participe.

Parágrafo 2º - Compete aos Diretores Executivos, sempre em conjunto de dois, independentemente de reunião de Diretoria Executiva ou de reunião do Conselho de Administração:

- I. autorizar a realização de auditorias em sociedades, associações, fundações e entidades assemelhadas, de que a Companhia participe;
- II. celebrar contratos de confidencialidade;
- III. contratar serviços bancários de rotina, sob qualquer modalidade, que estejam em linha com as práticas da Companhia;

- IV. celebrar contratos de mútuo e pré-pagamentos de exportação (recebimento antecipado de exportação) entre a Companhia e suas controladas nas quais a participação da Companhia seja de, no mínimo, 99%; e
- V. autorizar a prestação de fiança em contrato de locação de imóveis para empregados e Diretores Executivos.

Art. 22 - A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por dois Diretores Executivos, instalando-se com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva sempre deliberará pela maioria de seus membros presentes. Em caso de empate, a Diretoria deverá submeter a matéria à deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - As resoluções da Diretoria Executiva constarão de ata lançada em livro próprio assinada pelo número suficiente de presentes que baste para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas, sendo as cópias de cada uma delas enviadas a todos os membros do Conselho de Administração, quando solicitado.

Art. 23 - Compete ao Diretor-Presidente:

- I. presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II. exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe para tanto coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- III. organizar, coordenar e supervisionar as atividades das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- IV. atribuir a qualquer dos Diretores Executivos, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhe couberem ordinariamente, *ad referendum* do Conselho de Administração;
- V. manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia;
- VI. elaborar, com a colaboração dos demais Diretores Executivos, e apresentar ao Conselho de Administração, proposta para (i) definição das atribuições dos demais Diretores Executivos; e (ii) fixação de critérios de valor ou alçada financeira para a prática de atos de cada um dos Diretores Executivos; e
- VII. elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o relatório anual e levantar o balanço patrimonial geral.

Art. 24 - Compete a cada Diretor Executivo, no âmbito da área específica de atuação que lhe foi definida pelo Conselho de Administração:

- I. representar a Companhia, nos termos da lei e deste Estatuto Social;
- II. organizar, coordenar e supervisionar os serviços que lhe competem;
- III. participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de supervisão e coordenação; e
- IV. cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor Executivo responsável pela sua área específica de atividades.

Art. 25 - A representação da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular caberão aos membros da Diretoria Executiva, observadas as seguintes normas.

- I. todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser assinados (a) por dois Diretores Executivos; (b) por um Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos; ou (c) por dois procuradores com poderes específicos; e
- II. ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada, isoladamente, por qualquer um dos Diretores Executivos ou um procurador com poderes especiais, (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante as repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) perante concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para a preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, (v) nas assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios e/ou equivalentes de sociedades, consórcios e outras entidades nas quais a Companhia detenha participação, (vi) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, na representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, bem como para prestar depoimento pessoal ou praticar atos análogos, sem poder de confessar, e (vii) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em assunção de obrigação pela companhia, em circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador e desde que autorizado pela Diretoria Executiva (Art. 21, Parágrafo 1º, item I).

Parágrafo 1º - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exige autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá definir o valor acima do qual determinados atos e instrumentos que acarretem responsabilidades para a Companhia terão de necessariamente ser assinados por um Diretor Executivo em conjunto com um Procurador com poderes específicos.

Art. 26 - Na constituição de procuradores observar-se-ão as seguintes regras:

- I. todas as procurações serão outorgadas por dois Diretores Executivos ou por um Diretor Executivo em conjunto com um Procurador designado pelo Conselho de Administração; e
- II. todas as procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão poderes específicos e limitados, com exceção das procurações “ad judícia” ou daquelas outorgadas a advogados para atuação em processos administrativos tramitados perante a Secretaria Receita Federal do Brasil, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Art. 27 - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras estabelecidas neste Estatuto Social, em especial nos Arts. 25 e 26.

Capítulo V DO CONSELHO FISCAL

Art. 28 - Com funcionamento nos exercícios sociais em que se instalar, a pedido de acionistas, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração dos membros efetivos.

Parágrafo Único - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Capítulo VI DO COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 29 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração dentre os seus membros, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a sua reeleição.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê, onde serão estabelecidas as suas funções e atribuições, que deverão atender os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis a comitês de auditoria.

Capítulo VII DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Art. 30 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras que, após manifestação do Conselho de Administração,

serão submetidas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Parágrafo 2º - O lucro do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- I. 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- II. pagamento de dividendo obrigatório (Art. 33); e
- III. o lucro remanescente terá a destinação deliberada em Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma Reserva para Capital de Giro e Investimentos, que obedecerá os seguintes princípios:

- I. sua constituição não prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Art. 33;
- II. seu saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral;
- III. a Reserva para Capital de Giro e Investimentos tem por finalidade assegurar a manutenção e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente e/ou acréscimos do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital; e
- IV. seu saldo poderá ser utilizado (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações autorizadas por lei e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações.

Art. 31 - Compete adicionalmente ao Conselho de Administração:

- I. determinar o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as prescrições legais;

- II. aprovar a distribuição de quaisquer dividendos adicionais, intercalares ou intermediários, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, observadas as disposições legais;
- III. declarar dividendos à conta de lucros do exercício apurados em balanços semestrais, lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e
- IV. pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório (Art. 33), nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 32 - O ato do Conselho de Administração que deliberar o pagamento antecipado de dividendo obrigatório disporá se esses pagamentos serão compensados, corrigidos monetariamente, com o valor do dividendo obrigatório do exercício e, prevista essa compensação, a Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo obrigatório que houver, bem como a reversão à conta de origem do valor pago antecipadamente.

Art. 33 - A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e observado o artigo 30 deste Estatuto Social.

Art. 34 - Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor Executivo encarregado das relações com investidores, observados os prazos estabelecidos pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, quando aplicável. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos a contar do início do pagamento, os dividendos prescreverão a favor da Companhia.

Capítulo VIII DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 35 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos na Lei, observadas as normas pertinentes, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral que aprovar a liquidação nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários e as diretrizes para o seu funcionamento.

* * *

